



CAU/SP

Comissão Especial de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT

DOCUMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO DA RELATORIA

III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial

**Cidades em risco e a Agenda Urbana e Ambiental: Desafios para
atuação dos arquitetos e urbanistas**

- Relatoria das mesas, roda conversa e oficina do Evento: 16 e 17/11/2023 -

São Paulo, SP

Novembro/2023



CAU/SP

Comissão Especial de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT

DOCUMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO DA RELATORIA

III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial

**Cidades em risco e a Agenda Urbana e Ambiental: Desafios para
atuação dos arquitetos e urbanistas**

Realização: Evento presencial, realizado na Sede do CAU/SP (2º andar).

Datas: 16/11/2023 (quinta-feira) das 14h00 às 20h30

17/11/2023 (sexta-feira) das 09h00 às 18h00

LINK DE ACESSO AOS VÍDEOS DO EVENTO:

16/11/2023: <https://www.youtube.com/watch?v=1d3yAQsCjZE>

17/11/2023: <https://www.youtube.com/watch?v=J67PXTNfAU8>



Organização e Realização – CAU/SP (Gestão 2021/2023)

Comissão Especial de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT-CAU/SP

Mônica Antonia Viana – Coordenadora

Danila Martins de Alencar Battaus - Coordenadora Adjunta

Conselheiros (as) Titulares: Aílton Pessoa Siqueira, Denise Antonucci, José Roberto Merlin, Maria Isabel Rodrigues Paulino, Maria Eneida Barreira, Paulo Márcio Filomeno Mantovani e Vera Lúcia Blat Migliorini.

Conselheiros (as) Suplentes: Debora Prado Zamboni, Flavia Regina de Lacerda Abreu, Jose Augusto Das Graças, Maria Cristina da Silva Leme, Mariana Correa Madureira Guimarães, Renato Matti Malki, Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi e Viviane de Andrade de Sá.

Organização do evento – CPUAT-CAU/SP

Mônica Antonia Viana – Coordenadora

Danila Martins de Alencar Battaus – Coordenadora Adjunta

Débora Prado Zamboni – Conselheira Suplente

Denise Antonucci – Conselheira Titular

Vera Lúcia Blat Migliorini – Conselheira Titular

Mediadoras – CPUAT-CAU/SP

Abertura – Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP

Mesa 1 – Vera Lúcia Blat Migliorini – CPUAT-CAU/SP

Mesa 2 – Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – CPUAT-CAU/SP

Roda de Conversa II do CAU Educa – Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP

Mesa 3 – Danila Martins de Alencar Battaus – CPUAT-CAU/SP

Mesa 4 – Denise Antonucci – CPUAT-CAU/SP

Oficina de operacionalização da AUA para Território Paulista – Francine Derschner – CAU/SP

Reladoras – CAU/SP

Abertura e Mesa 1 – Arlete Maria Francisco - CEF-CAU/SP

Mesa 2 – Maria Isabel Rodrigues Paulino – CPUAT-CAU/SP

Roda de Conversa II do CAU Educa – Ana Paula Preto Rodrigues Neves – CDP e CT-TIC-CAU/SP

Mesa 3 – Renata Ballone – CEP-CAU/SP

Mesa 4 – Débora Sanches – CATHIS-CAU/SP

Oficina de operacionalização da AUA para Território Paulista – Débora Prado Zamboni – CPUAT-CAU/SP e Francine Derschner – Assessoria Vice-presidência-CAU/SP

Convidados (as) - Expositores

Mesa 1



Dr. Paulo Saldiva - médico patologista, professor e pesquisador da FMUSP
Arq. e Urb. Luciana Travassos - UFABC
Arq. e Urb. Kazuo Nakano - UNIFESP Leste

Mesa 2

Arq. Urb. Josélia Alves - CPUA-CAU/BR
Arq. Urb. Eduardo Trani - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do GOESP
Arq. Urb. Laura Ceneviva - Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo

Mesa 3

Arq. e Urb. Nilton Lima - CPUA-CAU/BR
Arq. e Urb. Lacyr Baldusco - GRAPROHAB

Mesa 4

Geógrafa Luciana Mendes – UNESP e Universidade de LANCASTER
Arq. e Urb. Eliene Correa R. Coelho – Prefeitura Municipal de Suzano
Arq. e Urb. Sônia Cristina Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS

Debatedores (as)

Mesa 1

Arq. e Urb. João Fernando Meyer - FAUUSP
Arq. e Urb. Nilce Cristina Aravecchia Botas – FAUUSP

Mesa 2

Arq. e Urb. Vera Santana Luz - PUCC
Eng. Civil Ivan Carlos Maglio - IEA/USP

Mesa 3

Arq. e Urb. Consuelo Aparecida Gonçalves Gallego – CEP-CAU/SP
Arq. e Urb. Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – CPUAT-CAU/SP

Mesa 4

Arq. e Urb. Cristina Boggi Raffaelli – IPA/UFABC
Arq. e Urb. Viviane Manzione Rubio –FAU Mackenzie e CATHIS-CAU/SP

Apoio na organização e realização do evento

Antonio Bendia de Oliveira Junior – Secretaria da Presidência - Eventos - CAU/SP
Francine Derschner – Assessoria Vice-presidência - CAU/SP
Velta Maria Krauklis de Oliveira – GTC-EF CAU/SP
Mariana Fialho Nascimento – GTC-EF CAU/SP
Rafael Ganzella Machado Pedrosa – GTC-EF CAU/SP
Victória Machado – SGO-CAU/SP

Apoio na sistematização da relatoria: André Ferreira de Magalhães - SGO-CAU/SP

Revisão final: Arq. e Urb. Mônica Antonia Viana – Coordenadora – CPUAT-CAU/SP



III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial - 2023

Cidades em risco e a Agenda Urbana e Ambiental: Desafios para atuação dos arquitetos e urbanistas

Com o tema “CIDADES EM RISCO E A AGENDA URBANA E AMBIENTAL: DESAFIOS PARA ATUAÇÃO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS” o evento este ano objetivou debater e instrumentalizar a implementação e operacionalização da Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP para o Território Paulista. Refletir sobre o planejamento urbano e ambiental na prevenção e mitigação dos riscos, buscando indicar diretrizes para elaboração e/ou revisão de Plano Diretor, bem como Plano de Ação que visem à prevenção e redução de riscos e demandem ações de intervenção para mitigar os impactos negativos da atividade humana nos meios físico, biótico e antrópico, no contexto das mudanças climáticas e da urbanização excludente, visando contribuir para construção de cidades e regiões mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.

Data: 16 e 17 de novembro de 2023 (quinta e sexta): evento presencial e com transmissão pelo Youtube do CAU/SP.

Local: sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 – Centro – São Paulo/SP.

Público alvo: arquitetos e urbanistas e demais profissionais interessados no tema; técnicos e gestores do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor; professores, pesquisadores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo; representantes do CAU/SP nos conselhos municipais e estaduais; conselheiros e coordenadores regionais do CAU/SP e público em geral.

Organização e realização: CPUAT-CAU/SP.

Formato do evento: mesas temáticas, roda de conversa e oficina.

A primeira mesa contou com a temática “**CIDADES EM RISCO E A AGENDA URBANA E AMBIENTAL PARA TERRITÓRIO PAULISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO**” - Mesa 1.



A segunda mesa do evento abordou **“CIDADES E REGIÕES EM RISCO E POLÍTICAS URBANAS E AMBIENTAIS: OS NOVOS E VELHOS DESAFIOS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS” - Mesa 2.**

Em seguida, foi realizada a **“RODA DE CONVERSA II - CAU EDUCA NAS ESCOLAS PAULISTAS: CIDADES E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS”.**

A terceira mesa teve como tema **“CIDADES SEGURAS: LICENCIAMENTO EDÍLIO E URBANÍSTICO, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA URBANA” - Mesa 3.**

A quarta mesa discutiu **“CIDADES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES: DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS” - Mesa 4.**

Por fim, foi realizada a Oficina **“APLICABILIDADE DA AGENDA URBANA E AMBIENTAL PARA TERRITÓRIO PAULISTA NO TOCANTE A RISCO”.**



1º Dia - III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial

Data: 16/11/2023 (5ª Feira) - Local: sede do CAU/SP (2º andar)

ABERTURA

14:00 à 14:20

Mediação: Conselheira Mônica Antonia Viana – Coordenadora CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Arlete Maria Francisco – CEF-CAU/SP

A Coordenadora da CPUAT-CAU/SP, arq. e urb. Mônica Viana, abre o evento cumprimentando a todas, todos e todes os presentes e justifica a ausência da presidenta do CAU/SP, Catherine Othondo. Na sequência, faz uma explanação geral dos trabalhos da Comissão nos últimos 3 anos (gestão 2021/2023) e um breve resgate das discussões realizadas nos dois eventos anteriores, I e II Ciclos de Debates sobre a Política Urbana, Ambiental e Territorial do CAU/SP, realizados em 2021 e 2022. Em nome da CPUAT, agradece a presença de todos e também a todas pessoas envolvidas na organização e realização do evento.

A seguir, arq. e urb. Nádia Somekh, presidenta do CAU/BR, deixa uma mensagem em vídeo parabenizando o CAU/SP, a coordenadora e os membros da CPUAT. Destaca a importância de se discutir as consequências das mudanças climáticas para as cidades e para o meio ambiente e deseja que o debate possa avançar e incorporar as discussões realizadas também pelo CAU/BR. Por fim, atenta para o desafio que temos em operacionalizar a Agenda Urbana e Ambiental para obtermos cidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.

Após a apresentação do vídeo da presidenta do CAU/BR, a conselheira Mônica Viana dá continuidade à mesa de abertura, apresentando a programação dos dois dias do evento, bem como os convidados para as mesas do III Ciclo de Debates. Destaca a realização da II Roda de conversa do CAU Educa nas Escolas Paulistas que vai acontecer na parte final da programação do 1º dia de evento, com a apresentação dos resultados dos projetos selecionados por edital de fomento do CAU/SP. Ressalta também, a importância da participação de todos na Oficina de Operacionalização da Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista do CAU/SP, cuja publicação impressa está sendo lançada hoje para subsidiar os debates e trabalhos nos dois dias de evento. Por fim, encerra a mesa de abertura, desejando um produtivo debate.

MESA 1 - CIDADES EM RISCO E A AGENDA URBANA E AMBIENTAL PARA TERRITÓRIO PAULISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

14:20 à 16:00

Mediação: Conselheira Vera Lúcia Blat Migliorini – CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Arlete Maria Francisco – CEF-CAU/SP



Expositores:

Dr. Paulo Saldiva (Médico patologista, professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da USP) - Cidades em risco como problema de Saúde pública e do Planejamento Urbano e Ambiental

Arq. e Urb. Luciana Travassos (UFABC) - Cidades em risco, acesso à Arquitetura e Urbanismo e a construção de Territórios Sustentáveis e Resilientes

Arq. e Urb. Kazuo Nakano (UNIFESP Leste) - Reflexões sobre os novos dados do censo IBGE 2022, no contexto do estado de São Paulo para o planejamento territorial

Debatedores:

Arq. e Urb. João Fernando Meyer - FAUUSP

Arq. e Urb. Nilce Cristina Aravecchia Botas - FAUUSP

Abertura

A Conselheira Vera Lúcia Blat Migliorini abre a mesa, agradecendo a Comissão pelo convite e chama os convidados para comporem a mesa, apresentando os seus currículos resumidos. Chama, na sequência, o médico sanitário e professor da Medicina da USP, Dr. Paulo Saldiva, para falar sobre o tema Cidades em risco como problema de Saúde pública e do Planejamento Urbano e Ambiental; o arq. e urb. Kazuo Nakano, professor da Unifesp Leste, para falar das Reflexões sobre os novos dados do censo IBGE 2022 no contexto do estado de São Paulo para o planejamento territorial; e a arq. e urb. Luciana Travassos, professora da UFABC, para falar sobre as Cidades em risco, acesso à Arquitetura e Urbanismo e a construção de Territórios Sustentáveis e Resilientes.

Na sequência, chama os debatedores para comporem a mesa: o arquiteto e urbanista João Fernando Meyer, professor da FAUUSP, e a arquiteta e urbanista Nilce Aravecchia, professora da FAUUSP. Agradece a relatora Conselheira Arlete Maria Francisco da CEF-CAU/SP e passa a palavra para o primeiro expositor da mesa.

• **Dr. Paulo Saldiva - médico patologista, professor e pesquisador da FMUSP**

O convidado agradece o convite e externa a sua satisfação em participar do evento do CAU/SP, justificando que começou a sua carreira com pesquisa sobre poluição do ar e saúde. Relata também a sua experiência como médico legista durante a pandemia da Covid-19, destacando que a propagação do vírus e a letalidade variavam de acordo com a cor da pele e com o CEP das pessoas, isto é, era possível olhar e avaliar o corpo físico e o corpo urbano, durante a pandemia. Diz que a localização da comunidade na cidade também faz a diferença, pois, independentemente do nível econômico, a localização indica aproximação entre as pessoas – a presença de equipamentos públicos depois das 22h, de ciclovias e de espaços públicos para caminhar - isto é, instrumentos capazes de medir a qualidade de vida urbana e da saúde pública. Por fim, destaca que a saúde pode ser um bom instrumento de aferição de políticas públicas exitosas e que o urbanismo pode abrir uma caixa de diálogo com a saúde, sendo São Paulo um grande laboratório de mudanças territoriais.

Mais uma vez agradece a oportunidade e finda a sua fala se colocando a disposição.

• **Arq. e Urb. Luciana Travassos - UFABC**



Agradece e parabeniza o CAU/SP pela iniciativa. Inicia a fala dizendo que os riscos são produzidos socialmente porque resultam do processo de produção do espaço, assim como os seus impactos são construídos socialmente. O que se entende por risco é uma construção e a partir disso serão objetos de políticas públicas – cita dois exemplos: a calçada esburacada e o calor – são riscos para quem?

A definição e concepção do que seja risco - dentro dos processos desiguais de produção do espaço - varia ao longo do tempo. A despeito dos mais variados riscos, a Agenda Urbana e Ambiental tem sido hegemônica no tratamento destes riscos. Entretanto, chama a atenção para a sua implementação pouco diversa no território, isto é, nos espaços já estruturados da cidade, onde tem mais interesses econômicos e sociais. São lugares onde se tem mais visibilidade e a resiliência vai aparecer nesses territórios. Nas periferias, a ação é com ATHIS e sem Estado.

Chama a atenção para as políticas públicas pouco inovadoras e diz que é preciso ganhar escala e considerar as diversidades e adversidades. O grande desafio é a inovação, pois as soluções tradicionais não têm dado certo. ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social pode ser um caminho, mas deve ser implementada com políticas públicas integradas e com soluções adaptadas ao território.

Finaliza, dizendo que pensar essa Agenda (Urbana e Ambiental) é reconhecer a heterogeneidade dos riscos e a heterogeneidade dos territórios, pois os riscos são diferentes. Não existe resiliência na escala local - é necessário resiliência nas outras escalas. Assim, reconhecer e militar que a sustentabilidade é uma ação intensiva e extensiva – há muita gente trabalhando de forma multidisciplinar em todos os territórios.

• **Arq. e Urb. Kazuo Nakano - UNIFESP Leste**

Inicia cumprimentando a mesa e aos participantes e lembrando, de quando era recém-formado, de uma pesquisa do Prof. Paulo Saldiva sobre poluição do ar, quando as pessoas colocavam lençóis brancos para visualizar e medir o nível de poluição - momento em que deixou claro que as nossas cidades fazem adoecer e matar a população, muitas vezes de forma silenciosa.

Diz que as cidades são a mediação das relações de extração - de valor, de energia, de saúde etc. - para que a economia se mantenha e que a saída é abordar as questões de urbanismo e ambiente a partir dos seus processos e de suas relações socioespaciais.

Na sequência, traz dados quantitativos e qualitativos destes processos em apresentação de slides, a partir do atendimento às exigências da Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e cria o sistema CEMADEM que monitora os municípios e dispõe de mecanismos para prevenir e corrigir as características das cidades que geram condições de riscos às pessoas. Mostra e analisa os números do CEMADEM nos 98 municípios de São Paulo – escorregamentos ou deslizamentos de encostas, alagamentos, enchentes e inundações, etc. Os dados mostram o descaso total em relação a uma informação que existe nos municípios e que o planejamento local ignora: em 87 % dos municípios, esses riscos são mapeados, mas não são trabalhados nos Planos Diretores. Destaca, portanto, que não é falta de informação, mas falta de vontade política em resolver o problema e que as determinações legais estão caindo no vazio.



Diz que a mensagem deixada pelos dados é que a Agenda Urbana e Ambiental no estado de São Paulo, no que diz respeito a riscos e a resiliência (cidades que não matam), está defasada e atrasada. Historicamente, os danos da população têm sido relegados. Por fim, diz que os arquitetos e urbanistas têm papel importante na construção de cidades e que o CAU está de parabéns em fazer a discussão desse quadro que nos desafia dia a dia.

Após as três exposições, inicia-se as contribuições dos debatedores da mesa 1:

• Arq. e Urb. Nilce Cristina Aravecchia Botas - FAUUSP

Inicia a sua fala dizendo ser um privilégio estar ali, ouvir os colegas, agradecendo o convite e a oportunidade de estar na mesa, especialmente a Mônica Viana e a Vera Blat da CPUAT-CAU/SP. Sua reflexão parte da palavra DESCOMPASSO colocada pelos apresentadores e dos conceitos fundamentais na construção do campo de Arquitetura e Urbanismo e do planejamento. Compreender os campos e subcampos que foram consubstanciados a partir do planejamento dos modos de vida. Diz ser um grande desafio reconhecer as especificidades do território e dos campos disciplinares, de como foram constituídos e como se conectam. Outro desafio é cruzar a inovação tecnológica com a reestruturação produtiva, diante do abismo de miséria presente nas cidades: a ação planejadora responde mais às pautas já dadas do que ao projeto de novos modos de vida. Outro ponto é pensar novas relações entre campo/cidade, entre modos de vida urbanos e rurais e destaca o importante papel da ATHIS, embora esta esteja mais respondendo às demandas do que inovando ao pensar novos modos de vida. Deixa uma reflexão, uma indagação: em que medida essa Agenda que está sistematizada repensa as pessoas e seus territórios ou apenas responde demandas já consolidadas.

• Arq. e Urb. João Fernando Meyer - FAUUSP

João Meyer inicia agradecendo ao CAU/SP, em especial à CPUAT, em proporcionar a oportunidade de compartilhar algumas aflições e reflexões neste debate. Coloca que o aquecimento global é um processo de transição climática que não sabemos onde nos levará. Assim, é preciso compreendê-lo a partir de outros processos - um deles é da transição demográfica. Neste contexto, apresenta dados que demonstram que 43 cidades do Brasil perderam população e nos próximos 15 anos mais cidades perderão, trazendo novos desafios. Na sua exposição traz outro dado sobre população e o número de domicílios: o Brasil, apesar de crescer 6% ao longo dos últimos anos em termos de população, o número de domicílios cresceu 26%. Daqui a 30/40 anos, São Paulo não terá mais espaço para expansão de novos domicílios e o caminho será o de refazer a cidade, por meio de reformas e da requalificação do espaço urbano.

Termina sua exposição, dizendo que há um duplo desafio: nova realidade urbana e novas perspectivas de construção - transição demográfica, transição urbana e transição econômica - o que vai puxar o desenvolvimento econômico? O que será do capitalismo diante da diminuição da população, do consumo e da relevância das questões ambientais, dentro de um país que se



volta para a produção primária? Aponta uma perspectiva: 1/3 da população brasileira não faz parte do consumo e o caminho poder ser integrá-las (inclusão).

Debate com participantes

Renato Balbino, do IPEA: sobre a questão demográfica e ATHIS - uma questão problemática é a obtenção dos dados - se pudéssemos fazer frente às carências habitacionais, empregariamos 14% no PIB. Depois de tanto planejamento, para uma parte da sociedade e num determinado local da cidade, como levar a população urbana nesses territórios onde o planejamento nunca esteve?

Cristina Boggi Raffaelli - Núcleo de gestão de risco do IPA e UFABC: gostaria que Kazuo Nakano reforçasse que a lei é uma carta de intenção de prevenção de risco, dando uma nova proposta de cidade onde não existe.

Roberto – Consultor em planejamento e professor da Unesp nas Ciências Agrárias: sobre a visibilidade e invisibilidade dos fenômenos e sobre a fala da Nilce sobre a aproximação entre campo e cidade: à luz disso, quais elementos você priorizaria para novas formas de vida? Para a construção de novos projetos?

Toni Zagato – Servidora pública e do conselho municipal do Plano Diretor de SP: como lidar com uma emergência que parece ser um impasse - a emergência da democracia diante de um processo do PD que tinha apenas pessoas brancas cisgênero, pois a maioria não teve acesso ao horário ou à internet ou mesmo ao letramento para participar. Sobre o quanto a gente fica falando do plano do discurso e o quanto isso está impactando as mudanças climáticas.

Marta Lagreca - Funcionária do CAU/SP e professora da Escola da Cidade: sobre a cidade ser sempre uma extração de coisas e de pessoas e a imagem que Luciana Travassos trouxe na sua apresentação da intervenção em São Bernardo do Campo: a gente tem trabalhado de modo setorial e o arquiteto e urbanista deve trabalhar coletivamente, de forma integrada a outras disciplinas e mencionar os novos modos de vida. Cita o caso da mudança da matriz energética no Rio Grande do Norte (Eólica), trazendo grandes impactos ambientais e sem contrapartida para população local.

Maria Alice Gaiotto – Conselheira do CAU/SP e Arq. e Urb. em Cerquilha/SP: há 30 anos, Cerquilha fez um trabalho de levantamento do território, com a produção de cartas e nunca ninguém as utilizou. O PD é um copy/paste de outra cidade. Não há conversa entre o trabalho acadêmico e o planejamento. Provocação: Nakano, quando faz o monitoramento, como é a troca? Como é trabalhado isso no território? Como é feita a assistência técnica? Para João Meyer, nos estudos que faz, como é participação da população?

Eduardo – Restauero: faz o pedido para Dr. Saldiva falar um pouco da importância que foi a política pública a partir de dados da saúde.



Conselheira Vera Blat passa a palavra para os expositores responderem as questões e fazerem suas considerações finais – Mesa 1

Dr. Paulo Saldiva - Assim como os corpos, as cidades nascem, crescem, adoecem e morrem. Diante disso, coloca três sugestões: 1. é preciso administrar consensos - o grande consenso é gerar a economia, ainda mais quando parte significativa do solo é commodities? As cidades estão preparadas para a transição demográfica? Está preparada para o envelhecimento e doenças mentais? Como se constroem espaços de convívio e de encontro para todos? 2. A pessoa que precisa apenas sobreviver não tem tempo para discutir o planejamento. O pensamento sistêmico pede um clínico geral da cidade, mas cada região tem uma especificidade e é preciso um Urbanismo de precisão, assim como existe medicina de precisão. 3. É preciso a implementação de políticas públicas rápidas e urgentes. As respostas virão do planejamento e da sociedade. Desafio: incorporar qualidade de vida e de saúde como integrador de intervenção urbana. Agradece e disponibiliza o seu e-mail: pepino@usp.br

Arq. e Urb. Kazuo Nakano - Nesse conjunto, algumas coisas foram reiteradas a partir do que nos interessa com relação às cidades: modo de vida em geral e, particularmente, modos de vida urbano, num meio danificado. Outro ponto: a questão do planejamento urbano e seus limites, as restrições tecnocráticas e antidemocráticas estão presentes desde a sua origem, pois o planejamento urbano é formulado para atender a reprodução econômica e o capital hegemônico, isto é, nasceu para organizar a cidade e para reorganizar a reprodução do capital. A partir dos anos 60 se tenta um outro caminho (a partir de Lefebvre, Harvey, etc.), mas esse novo planejamento não logrou. Não conseguiu base social. Missão: de fato investir nossos esforços em conceber novas ideias de planejamento e a relação espaço-sociedade é chave para pensar isso. Quanto ao descompasso entre a dinâmica de diminuição populacional e a dinâmica de crescimento imobiliário, é preciso começar a pensar também nas pesquisas sobre a população flutuante e os fluxos do turismo (Airbnb). Como prevenir novas áreas de risco? Desafio: nó da terra, enfrentamento do acesso à terra, de modo justo e com recorte racial.

Arq. e Urb. Luciana Travassos - Dado que os PD são parciais, dado que as respostas são inadequadas, dado que não conseguimos avançar nas políticas públicas mais amplas, dado que precisamos reconhecer os diferentes modos de vida na relação campo e cidade, dado as diferenças demográficas, dado que a gente precisa tornar uma política de Estado, a participação das pessoas, entendo que um lugar que podemos avançar é a política territorial num sistema de planejamento. Na ausência de uma estrutura de planejamento, é difícil avançar.

Arq. e Urb. João Meyer - As falas passaram por questões importantes, como os problemas do PD. Tem momentos em que a gente avança e tem momentos em que regredimos. O CAU/SP tem feito um trabalho interessante e ATHIS é uma pauta importante. Desafio: criação de um sistema único de HIS e a ação política.

Arq. e Urb. Nilce Aravecchia - Resposta ao Roberto: modos de vida são muitas coisas - debate com a antropologia e sociologia é importante, mas a partir da história do nosso campo



disciplinar. Não é o desenho do arquiteto demiúrgico apenas, mas por outro lado, há um histórico do nosso campo disciplinar que coloca a disputa do discurso em questão.

A Conselheira Vera Lúcia Blat Migliorini agradece aos participantes, destacando o rico debate realizado, e encerra a Mesa 01 – Cidades em risco e a Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista: contextualização e problematização.

MESA 2 - CIDADES E REGIÕES EM RISCO E POLÍTICAS URBANAS E AMBIENTAIS: OS NOVOS E VELHOS DESAFIOS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

16:00 à 17:40

Mediação: Conselheira Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Maria Isabel Rodrigues Paulino – CPUAT-CAU/SP

Expositores (as):

Arq. e Urb. Josélia Alves (CPUA-CAU/BR) - PROJETO AMAZÔNIA 2040

Arq. e Urb. Eduardo Trani e Arq. e Urb. Maria Teresa Diniz Dos Santos Maziero (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do GOESP) - As Regiões Metropolitanas de São Paulo e os Desafios do Planejamento Metropolitano.

Arq. e Urb. Laura Lúcia Vieira Ceneviva (Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de SP) - As Mudanças Climáticas e o Planejamento Municipal - Plano de Ação Climática de SP – PLANclima-SP.

Debatedores:

Arq. e Urb. Vera Santana Luz - PUCC

Eng. Civil Ivan Maglio - IEA/USP

Abertura

Com certo atraso, devido à extensão do tempo pela mesa anterior, a Conselheira Mônica Viana – CPUAT-CAU/SP inicia o evento chamando para compor a mesa 2, os expositores e debatedores. Informa que já está na mesa a mediadora Conselheira Terezinha Debrassi e a relatora Conselheira Maria Isabel Rodrigues Paulino, ambas da CPUAT-CAU/SP.

Em seguida a mediadora, Conselheira Terezinha Debrassi cumprimenta a todos dando início à mesa 2. Faz uma breve apresentação da dinâmica da mesa, tendo 15 minutos cada expositor para fazer suas contribuições e 10 minutos cada debatedor e na sequência abre-se o debate com os participantes. A seguir chama a conselheira federal titular do CAU/BR Josélia Alves, fazendo uma breve exposição do seu currículo.

• Arq. e Urb. Josélia Alves – CPUA-CAU/BR

Cumprimenta os demais participantes da mesa e agradece o convite do CAU/SP, em especial à CPUAT. Passa a apresentar o Projeto Amazônia 2040, justificando a importância da apresentação, tendo em vista que o que acontece na Amazônia tem um rebatimento também no Brasil e no mundo. Apresenta informações sobre a Amazônia Legal brasileira que possui 5 milhões de km², abrange 9 estados e 772 municípios, correspondendo a 59% do território



brasileiro. O projeto Amazônia 2040 procura responder a indagações acerca de o que está se fazendo pela Amazônia. O projeto tem como base, a construção coletiva, que visa unir experiências a fim de contribuir para a elaboração de políticas públicas e projetos que atendam a realidade da região. O foco do CAU é na promoção e valorização da Arquitetura e Urbanismo. Levar o compromisso dos arquitetos e urbanistas com o planejamento e o uso de técnicas adequadas ao habitat e aos assentamentos humanos tradicionais e às características ambientais e aos efeitos das mudanças climáticas. O projeto tem como objetivo geral apresentar a problemática nos âmbitos da ocupação do território, da moradia e das questões ambientais na Amazônia legal com as possíveis contribuições da Arquitetura e Urbanismo e do CAU, bem como estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado e fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo. O projeto pretende incorporar essas três dimensões: do território, incorporando relações sociais, dos sistemas de ocupação do território; tramas urbanas e suas relações ambientais, a questão da terra (regularização fundiária) e do meio ambiente; alternativas tecnológicas e tipologias construtivas (Edificação). Josélia demonstra preocupação da interface do Urbanismo com o Meio Ambiente, considerando que ela vive e trabalha na Amazônia. Participa de redes de universidades, redes que envolvem o governo e também associações.

Ressalta a importância contribuir com as características humanas, socioespaciais e ambientais, principalmente relativos as mudanças climáticas. Praticamente não existem arquitetos ou engenheiros nas prefeituras. Neste sentido, o CAU/BR tem o projeto “Mais Arquitetos” que visa ter no mínimo um arquiteto e urbanista em cada prefeitura.

O projeto abrange o território e tem como objetivos específicos: orientar os profissionais, fomentar e viabilizar parcerias, apoiar os CAU UF da Amazônia. Dessa forma, conectar para formar uma rede com os CAU UF da Amazônia e contribuir também com a captação de recursos externos e a profissionalização dos arquitetos e urbanistas.

As bases foram lançadas em 2022, estabelecendo parcerias e articulações com a Rede Amazônica: Universidades, Institutos, Governos, Associações, CAU UF e países que compõem a Amazônia Legal. Desde setembro de 2022 até o momento, houve Seminários para discutir as bases do projeto, reuniões com os CAU UF, elaboração de E-Book (https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/E-Book_Projeto-Amazonia-2040_CAU_BR_junho_2023-1.pdf), Oficina em Brasília, Reunião com os países Andinos, apresentação do Projeto na UIA 2023 na Dinamarca, participação nos diálogos amazônicos, reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA com Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em agosto houve reunião com ACT – 9, universidades públicas da Amazônia. Em outubro houve reuniões no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Protocolo de Intenções com o Inkra. Há intenção também de se trabalhar com ATHIS, pois na região não se têm o papel das assessorias e quem desempenha esse papel são as Universidades. Em novembro, estão preparando o produto que é o Plano de Ações do Projeto Amazônia.

A mediadora, Conselheira Terezinha Debrassi, ressalta a pertinência dessa apresentação pelo CAU/BR, tendo em vista as dinâmicas demográficas que estão se alterando no Brasil. O Sudeste teve crescimento muito menor em relação ao esperado e a região amazônica cresceu muito mais. Lembra ainda que na região sudeste existe uma concentração muito maior de arquitetos e urbanista. Agradece a Josélia e em seguida apresenta o arquiteto e urbanista Eduardo Trani e passa a palavra para ele fazer a sua exposição.



• **Arq. e Urb. Eduardo Trani - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação -
SEDUH/GOESP**

Parabeniza Josélia Alves pela apresentação e agradece ao convite do CAU/SP, em especial à CPUAT. Diz que trabalha no Estado desde o governo do Paulo Egídio Martins e que o Planejamento Regional nunca foi prioridade para o governo do Estado.

Todavia, em janeiro deste ano o tema desenvolvimento urbano volta à pauta. No lugar de uma Secretaria da Habitação que cuidava de políticas habitacionais com apoio da CDHU a Secretaria de Desenvolvimento Urbano recebeu uma nova Secretaria, Habitação. Apresenta a nova organização da Secretaria, composta pela Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano que está composta pelo IGC-Instituto Geográfico e Cartográfico e o Centro de Documentação Técnica das Metrôpoles Paulistas (antiga EMPLASA). Em breve terão todos os dados antigos e novos também num grande portal. Está vinculada à Subsecretaria de Habitação Social com braço importante da CDHU, que será mantida. A nova Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo (SEDUH) criou uma Diretoria de desenvolvimento urbano e a Diretoria de projetos e programas. O José Police Neto é o subsecretário que convidou Eduardo Trani para ser seu assessor de Planejamento.

Informa que Estado de São Paulo tem 9 regiões metropolitanas compostas por 255 municípios com 37 milhões de habitantes, ou seja, 81% dos 45 milhões de habitantes do Estado, e responde por 86% do PIB.

Ressalta que em Brasília nesta semana que passou se discutiu o Conselho das Cidades – CONCIDADE que é o espaço de debate e representação sobre as políticas públicas vinculadas ao Ministério das Cidades. Tem-se uma tarefa de produzir a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que deve ser retomada.

A política do Estado de São Paulo terá que vir junto com a federal. Até abril de 2024 todas as cidades do Estado deverão fazer suas conferências e depois, em Brasília deverá se desenhar a nova política, que deverá guiar São Paulo. Neste sentido, o governo do Estado de São Paulo está fazendo o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH-2040) e o fará por uma metodologia de construção coletiva.

Informa que os 10 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) estão prontos e estão no ar para consulta pública e deverão ser encaminhados à ALESP. Os PDUIs terão que orientar a revisão dos Planos Diretores municipais. Identificar projetos estratégicos para as 10 regiões metropolitanas e mobilizar os municípios para catalisar recursos. Reforçar a Governança metropolitana que têm os órgãos e agências e trabalhar na capacitação. Destaca o PAC-2050 que está em discussão e é um plano estrutural. Apresenta como juntar os vários Planos existentes:

- Plano de Ação Climática – Net Zero 2050, que está em discussão;
- Planos Regionais de adaptação e resiliência climática - 2023 (o primeiro em Santos);
- Plano Estadual de Energia 2040 (fica pronto agora dando as diretrizes até 2040);
- Plano Estadual de Recursos Hídricos- PERH – 2020/2023 (contratado o próximo quadrimestre);
- Plano Estadual de Saneamento - PES – 2033 (entrará em consulta pública);
- Plano Estadual de Resíduos sólidos- PERS (com meta até 2035);



- Planos Estadual de Prevenção de desastres naturais e redução de riscos - PDN (com reflexo na Lei federal e nos planos locais);
- Todos os planos de manejo das unidades de conservação (no SNUC do SIEFLOR);
- ZEE – SP - Zoneamento Ecológico-Econômico - 2022;
- Macrozoneamento Consolidado dos PDUIs - 2022;
- Legislação de Proteção e Recuperação dos Mananciais (RMSP);
- Plano Integrado de Transportes Urbanos - PITU 2040 (está em revisão);
- Plano de Ação na Macrometrópole Transporte e Logística - PAM-TL;
- Plano Diretor e Logística e Transportes – PDLT - 2030;
- Planos Setoriais: Turismo, Segurança, Gerenciamento Costeiro, Mineração do Vale do Paraíba, os APLs, etc;
- Política de Ações Transversais: SUS, SUAS, Educação, etc.

Informa que pretendem entregar com uma nova construção tudo o que o Estado de São Paulo tem como conjunto base de informações territoriais, através de gestão integrada de políticas, leis e decretos que têm reflexos no território.

Quanto aos PDUIs, cada um tem seu macrozoneamento, mas não estão se encontrando, pois não falam nas bordas, o que exige gestão integrada. Nos 235 municípios das Regiões Metropolitanas (RMs), 80 não têm Plano Diretor. Porém nas RMs, mesmo os municípios abaixo de 20 mil habitantes, têm que fazer Plano Diretor e eles querem fazer.

O governo do estado está desenvolvendo uma plataforma de dados e apoio temáticos simplificando os instrumentos da Lei do Estatuto da Cidade. Têm como meta zerar essa demanda até 2026 nas RMS e rever os demais que devem ser revistos. Além de fazer treinamento para os técnicos das prefeituras dos 235 municípios para trabalharem com o ZEE-SP. Quanto ao SIMM é uma ferramenta poderosa. Informa que o IGC fará a compilação dos 4 grandes voos do Estado de São Paulo: 1962, 1972, 2000 e 2023, contrato com IDESP (Plataforma de apoio gerenciadas).

Apresenta os Projetos Estratégicos com 3 eixos prioritários (Requalificação de áreas Centrais, Intervenção em Áreas de Mananciais e Intervenção em Áreas de Risco) e 4 programas de apoio (Cidade Legal – Regularização Fundiária, Urbanística e Ambiental; Novo PEM; Melhorias Habitacionais; Urbanização de Assentamentos Precários; e Casa Paulista – Provisão de Habitação), dentre outras propostas.

A governança metropolitana por fim, atua com 9 conselhos de Desenvolvimento Metropolitano, 4 Agências de Desenvolvimento Metropolitano, 5 Fundos Regionais, 5 Câmaras Técnicas já instaladas nas 9 RMs, que refletem as funções de interesse comum. A proposta do GOESP é concentrar recursos para ações e soluções mais eficazes.

Eduardo Trani finaliza sua fala, chamando a arq. e urb. Maria Tereza Diniz para fazer uma breve apresentação das ações no litoral, em especial em São Sebastião.

- **Arq. e Urb. Maria Teresa Diniz - SEDUH/GOESP - Diretoria de projetos e programas da CDHU**

Agradece ao Eduardo Trani. Apresenta o desafio em relação ao município de São Sebastião no litoral de SP. Mostra foto de 2022 de antes da catástrofe (IGC) e outra foto depois de 4 dias do



desastre que aconteceu nas chuvas de verão no carnaval de 2023. São mais de 600 cicatrizes e 64 mortes na Vila Sahy, além dos muitos desabrigados, portanto uma catástrofe sem precedentes. Informa que vem trabalhando no mapeamento, no atendimento emergencial e no abrigo das famílias e paralelamente estão trabalhando em estudos para atendimento definitivo, que envolve busca de terrenos para reassentamento, desapropriação e crédito para provisão de novas Unidades Habitacionais - UHs. Diz que serão entregues em dezembro agora 704 UHs na área da Baleia Verde e em Maresias. Já têm a licitação para área da Topolândia, com projeto de moradia com tecnologias novas e conceitos arquitetônicos adequados com qualidade. Informa que está quase concluído o projeto de urbanização da Vila Sahy e UHs novas em Camburi para reassentamento. São mais de 4 mil famílias em áreas de R3 e R4 no município de São Sebastião. Cerca de 800 milhões de reais de investimento do governo do Estado de São Paulo só para o município de São Sebastião, demonstrando o grande esforço da CDHU. Segundo Maria Tereza já foi feita análise de risco da Vila Sahy para ver as áreas que são passíveis de escorregamentos, as áreas que podem ser habitadas e consolidadas e quais locais tem que haver remoções. Estão desenvolvendo um projeto de urbanização considerando o risco, a recuperação ambiental da área, com equipamento públicos, como creche, comércio e fruição no térreo.

A Mediadora, Conselheira Terezinha Debrassi, agradece a exposição e destaca o planejamento metropolitano como fundamental, que deve recolocar a habitação no centro do desenvolvimento, e lembrar da importância do acesso à terra urbanizada e políticas fundiárias para o Estado de São Paulo, que deem suporte para a discussão da habitação e do desenvolvimento urbano. Faz uma breve apresentação da arq. e urb. Laura Ceneviva e passa a palavra para sua exposição.

• Arq. e Urb. Laura Lúcia Vieira Ceneviva - Secretária do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo

Agradece ao convite do CAU/SP. Inicia sua fala com conceitos basais, dizendo que primeiro, o planeta Terra não é uma esfera perfeita. Segundo, a luz do sol não incide nos mesmos lugares da mesma forma e ao mesmo tempo. Portanto, a mudança do clima será diferente em cada lugar do planeta. Tempo não é Clima. Tempo é um estado momentâneo, dura horas, dias, meses. O Clima é o comportamento estatístico médio por cerca de 30 anos. O efeito estufa é um fenômeno natural que deu condições de ter vida na terra. Aquecimento global é o aquecimento derivado de incremento de gases do efeito estufa pelo homem. Isso nos trouxe a atmosfera. Existe mais watts por m² na atmosfera derivado do efeito estufa, isso muda a vida. No acordo de Paris foi previsto ficar abaixo de 2 graus de aquecimento global até 2100, preferencialmente 1,5 graus de aquecimento global. E como faz isso? O IPCC respondeu que tem de cortar 45% de CO2 até 2030 e 100% até 2050 para ficar abaixo de 1,5 graus. Para ficar abaixo de 2 graus deve-se cortar 100% de CO2 até 2070. Portanto, a mudança está vindo e é importante ter a transformação virtuosa antes do tsunami.

É neste contexto que foi pensado e elaborado o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo - PlanClima que se apoia em três diretrizes essenciais:

1. Neutralizar as emissões de Gás de Efeito Estufa (GEE) até 2050, apoiando a implementação do acordo de Paris;



2. Adaptar a cidade aos impactos da mudança do clima e com isso, adotar hoje decisões que não venham a causar arrependimento depois;
3. Tratar com equidade os ônus e os bônus da mudança do clima, facultando a toda a sociedade o enfrentamento dos impactos da mudança do clima.

Muitos governos virão até 2050, que revisarão o Plano. Assim, apresenta os critérios de definição das ações integrantes do PlanClima SP que promoveu essa visão articulada e amarrada de todas essas questões:

- Partimos de visões setoriais para chegar em abordagens mais abrangentes, multidisciplinares e intersetoriais para definição de cada ação;
- Tudo tem que mudar ao mesmo tempo, tem que ser tudo junto;
- Com todas as propostas que temos já podemos agir, ancoradas em normas, planos e programas já existentes;
- Ações com potencial para catalisar a criação de mais ações (poder de arrasto);

A Priorização foi definida segundo 3 critérios básicos:

1. Benefícios primários: mitigação ou adaptação as ameaças, a vulnerabilidade e a exposição; pensar na emissão e adaptação;
2. Benefícios secundários foram definidos segundo os critérios:
 - Aumento de renda e diminuição da pobreza;
 - Acesso aos serviços básicos de saúde e resposta às emergências;
 - Aumento e maior acesso às áreas verdes;
 - Melhoria da qualidade do ar;
 - Acesso à moradia adequada;
 - Melhoria na Mobilidade e acesso ao transporte sustentável;
 - Maior acesso aos serviços de Água e Saneamento;
 - Inclusão e envolvimento da sociedade civil;
3. Viabilidade nas suas mais diversas dimensões: considerou a competência legal da cidade para implementação da ação.

Laura apresenta o link para o PlanClima que foi aprovado por decreto e apresenta as 5 estratégias nas quais se organiza, sendo as três primeiras tratam uma visão de escala. As duas últimas são visões sistêmicas, naturais e humanos, sendo:

1. Rumo ao carbono zero tem como foco o planeta;
2. Adaptar a cidade de hoje para o amanhã, sendo o foco “nós”, a sociedade;
3. Proteger pessoas e bens, que tem como foco o “Eu”, o indivíduo;
4. Mata atlântica, precisamos de você. É sobreviver. Precisamos do nosso bioma;
5. Gerar trabalho e riquezas sustentáveis.

Apresenta informações de base para elaboração do PlanClima:

- Inventário de emissões de gases do efeito estufa (2010 a 2020) – em SP, 95% das emissões vêm de transporte, energias estacionárias e resíduos. Em 2014 teve o pico de emissões, o que derivou da grande seca que motivou a ligação das termoeletricas e as emissões do município estouraram;
- Zona de transição – O trópico passa por aqui;
- Chuvas fortes em menos dias, cada vez mais;
- Disponibilidade hídrica histórica crescente, mas pode ser que por volta de 2100 isso comece a cair, de acordo com estudo feito pelo INPE que mostra essa possibilidade;



- Temperaturas já subiram mais de 2 graus desde 1933;
- Mortalidade por causas naturais em função de mudança de temperatura. Há uma banda de temperaturas para as quais o corpo humano se adapta, a partir de determinados pontos isso não funciona mais;
- Índice de risco de estresse térmico, que considera densidade populacional, construtiva, presença de áreas verdes, acesso a serviços, etc.

Faz alguns destaques relativos ao PlanClima SP:

- Não pode ficar dependente da autoridade de plantão, demanda participação e envolvimento da sociedade para promover a transformação;
- Não conseguiram informações de mapa de temperatura territorializadas;
- Revisão a cada novo governo eleito;
- Processo de governança que com a mudança de gestão sofre discontinuidades.

Portanto, tem que ser chão de fábrica, pensar em que ambiente estamos construindo, pensar em emissão de gases de efeito estufa e adaptação. Finaliza com uma imagem de um engarrafamento na av. Faria Lima na cidade de SP, que demonstra que o exercício das liberdades individuais, dependem de uma ordem coletiva. Nós estamos todos juntos neste planeta e todos devem promover a transformação, não tem resposta pronta. Pensar no que estamos fazendo pelo clima e pelo planeta. Agradece.

Após as exposições, inicia-se as contribuições dos debatedores da mesa 2:

- **Arq. e Urb. Vera Santana Luz - PUCC** (participação virtual)

Agradece o convite. Comenta a apresentação da Josélia colocando que a realidade transcende a questão urbana. Exemplo disso é o manejo de grãos que é impressionante na região amazônica, como por exemplo, em Santarém/PA. Têm uma mentalidade extrativista na Amazônia inteira, as cidades têm problemas, com poucas árvores, verde e o saneamento é ruim. As cidades são muito áridas.

Quanto à apresentação do Trani, há um descompasso entre o legal e o fato real, como exemplo na questão do Manancial a legislação é perfeita, porém não tem colagem com a realidade.

Manifesta seu receio de construir um aparato gigante e não ter a adesão da população e dos governos municipais.

Com relação ao PlanClima, parece que está em gestão diferente da que está estudando e elaborando o Plano Diretor, mas não.

Finaliza dizendo que faz esses alertas como contribuição, mas torce para que os planos deem certo e agradece a participação.

- **Eng. Civil Ivan Carlos Maglio – IEA USP**

Cumprimenta a todos e agradece ao CAU/SP pelo convite, em especial a CPUAT e a toda equipe. Informa que acabou de sair o relatório sobre o aumento de CO₂, que mostra que não é uma transição climática, mas sim uma crise, e outro estudo com o aumento de mortes por calor em função do aumento da temperatura.



Portanto, tem que se estruturar um gabinete de crise climática, de emergência, pois não adianta amenizar a situação e pensar de forma setorizada. Há um despreparo do ponto de vista de planejamento e mesmo de ações de emergência, em todas as escalas federal, estaduais e municipais. Tem que ter governança e plano de ação de emergência a médio e longo prazos.

Os indicadores de risco são terríveis, como o aumento de até 3 graus para o Norte e Nordeste. No caso do Sudeste, esse modelo que aconteceu agora em fevereiro é essa chuva intensa e descontrolada, causando 180 milímetros de chuva em São Sebastião, que esgaçou toda a Serra do Mar. Acha louvável o esforço apresentado aqui para mitigar o sofrimento daquelas famílias, mas precisa muito mais, diante da gravidade do problema.

No caso da Amazônia é muito bom que o CAU se envolva nesse projeto, mas há a necessidade de verdejar o território igualmente, como sugere o livro Ricardo Abramovich, que fala da Amazônia como infraestrutura verde integrada regional, com modos de vida diferentes. Encontrar formas de organizar diferentemente as comunidades é uma saída para o problema.

No caso do estado de São Paulo, lamenta a ausência da secretária atual da SEMIL na mesa, pois estamos com essa emergência e ainda não temos um Plano de Adaptação Climática por parte do Estado.

O trabalho que o Trani coordenou é importante, mas está lento em relação a adaptação pelo governo do estado. Cabe a pergunta do que impede para que esse plano seja assumido com prioridade.

Pela análise de vários especialistas, terá uma crise da água, escassez hídrica apontada pelo ZEE e por estudos da secretaria para RMS. Com a privatização da Sabesp, a situação é gravíssima, pois uma série de coisas que estão planejadas e o apoio as populações vulneráveis estará em risco. Portanto, corre-se um risco de como tratar essa escassez hídrica sem um protocolo firmado.

Sabemos que estão fazendo o Plano de Adaptação do Estado de SP, mas é uma cobrança importante que o CAU tem que fazer, pois é estruturante para tudo que foi apresentado pelo Trani, pois as orientações relativas às mudanças climáticas são insuficientes nos PDUIs e PDs.

Portanto, promover um processo de capacitação aos municípios para utilização dos dados ZEE SP, conforme exposto pelo Trani, é um elemento chave para se obter algum êxito neste processo.

Parabêniza a Laura e equipe, é um trabalho de fôlego, porém aponta que tem algumas fragilidades, pois se demorou muito tempo para fazê-lo. Existem 220 mil pessoas em áreas de risco em São Paulo. E, não há uma conexão do Plano com o que fazer com essas pessoas que estão em risco. O fato do PlanCima SP não entrar nas áreas vulneráveis, na territorialização com seu detalhamento, acaba de uma certa forma travando a eficácia e utilização do plano. Enaltece a importância de se ter mais vontade política para que esse plano se viabilize.

O Plano Diretor de São Paulo vai em direção contrária aos Planos apresentados e as questões da crise climática aqui debatidas. O PDE SP promove uma das maiores impermeabilizações da cidade, não aponta recursos para implantação dos parques, não se pauta em soluções baseadas na natureza, ao contrário, aponta soluções velhas, com o adensamento e a verticalização de vários bairros e eixos viários.

Parabêniza os trabalhos apresentados, em especial o esforço do Trani de recuperar o sistema de planejamento estadual e se solidariza no que puder colaborar.



A Conselheira Terezinha Debrassi agradece as intervenções e encaminha para o debate, abrindo para 3 breves perguntas dirigidas aos 3 expositores, dando 3 minutos de tempo para as respostas e as considerações finais.

Debate com os participantes

Arq. e Urb. Mirtes Luciane – Inicia dizendo que é uma felicidade estar na nossa casa, no CAU, onde já foi conselheira. Todos nós esquecemos que somos também natureza e que estar integrado à natureza é parte da solução. Faz a crítica à sociedade que ainda aspira asfalto para não trepidar seu carro, o que é muito sério. Todavia, essa crise também pode ser uma oportunidade para mudar comportamentos. É necessário trabalhar essa questão, pois somos todos natureza. Somos parte do problema e todos nós somos parte da solução. O município é território mais difícil de se lidar, pois é onde se dão todos os conflitos. Se Plano é maravilhoso, então como aplicá-lo. Está trabalhando no PEM e destaca que será dado recursos para que a prefeitura faça Urbanismo de baixo impacto. Parabeniza Eduardo Trani por ter realizado esse Plano e essa meta tão importante para a questão urbana.

Wesley Silvestre Rosa – Oekoscientia - Pergunta para Laura e Trani

Considerando alarmante déficit habitacional que atinge 369 mil em São Paulo, sem contar as áreas de risco, sendo que no Estado de São Paulo esse déficit chega a 1 milhão (FGV) de moradias a serem feitas. Segundo a associação brasileira de incorporadoras imobiliárias, São Paulo deveria construir 73 mil habitações por ano para suprir o déficit habitacional.

Com base na fala da Laura, que apresentou o mapa de calor, demonstrando que deveríamos proteger as áreas mananciais, mas tendemos a ocupar cada vez mais as áreas de mananciais. Na área da represa Billings deveria haver 96 habitantes por hectare, porém esse índice já foi ultrapassado. No entanto, a própria prefeitura de SP constrói cada vez mais na área de mananciais, com conjuntos habitacionais (Vila Nordestina, Vila Guacuri, João Cabana), construídas em ZEPAM.

Pergunta: Qual é a política? Ocupar as áreas com infraestrutura, onde tem condições de vida? Ou vai continuar para a especulação imobiliária, comprometendo as áreas verdes? O correto não seria trazer as pessoas para o Centro da cidade, ou colocá-las mais próximas dos eixos estruturais?

Paula Corrente – Funcionária do CAU/SP e pesquisadora da UFABC – Fica feliz em saber que as informações e dados da Emplasa vão ser disponibilizadas para efeito de pesquisa. Pergunta ao Trani sobre a extinção da FUNDAP. Ressalta que é muito importante pensar na atuação do arquiteto e urbanista em todos esses planos, programas e projetos.

Conselheira Terezinha Debrassi passa a palavra para os três expositores para responderem e fazerem suas considerações finais – Mesa 2

Arq. e Urb. Josélia Alves – CPOA-CAU/BR

Agradece pelas perguntas e coloca que veio apresentar o Projeto Amazônia 2040 do CAU/BR que está em construção. Que o papel do CAU/BR neste projeto é de articulador da rede e



organizações que já trabalham na Amazônia. Espera que em outro momento possa apresentar os trabalhos e dados dos pesquisadores da Amazônia sobre a Amazônia.

A questão da Amazônia transpassa da questão urbana eminentemente. Estar na área urbana, mas com um modo de vida rural e extrativista, como a Vera falou. Como são os povos indígenas nas cidades, que pouco se discute. No Acre, parte dos municípios são terras indígenas, como tratar essa questão?

Nesse sentido foi criado no dia 5 de outubro de 2023 em Belém, o Observatório de Cidades, Vilas e Territórios da Amazônia, criado por rede de pesquisadores que estudam as cidades, territórios e vilas da Amazônia, de diferentes formações, não só arquitetos. Vamos lançar um livro sobre essa pesquisa nessa área. A Rede Amazônia foi criada na UFPA, agrega 09 estados da Amazônia Legal e universidades públicas, e tem como intuito trabalhar com regularização fundiária, conflitos socioambientais, melhorias sanitárias e habitacionais. O papel do CAU é articular essas redes, esses grupos que já existem e estão trabalhando na Amazônia.

Por fim, diz que concorda com Ivan sobre a crise climática que não é mais transição e nós arquitetos e urbanistas temos que assumir e dar nossa contribuição. Finaliza agradecendo.

Arq. e Urb. Eduardo Trani - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

SEDUH/GOESP

Agradece as observações e se diz muito honrado em estar neste debate de alto nível. Faz uma resposta a Vera Luz as suas observações precisas, em especial sobre os planos serem realidades. Se a gente conseguir que os recursos cheguem para as cidades e regiões e sejam aplicados em capacitações e na realização das suas demandas. Em seis meses o José Police Neto e sua equipe foram e falaram com 180 prefeituras de RM do estado. Há um desejo não só de capacitações, mas que os municípios tenham condições de alterar suas realidades.

Para tornar os planos realidade temos que convencer com investimento de recursos, como foi na época dos Planos Diretores elaborados com recursos do governo federal. Estamos agora na terceira rodada sobre a questão dos Planos Diretores e os municípios devem se reconhecer na malha, na rede urbana de cidades. E isso faz toda a diferença quando o município começa a entender que ele tem especificidades que o outro não tem e que ele pode ter suas próprias estratégias. Tem que convencer os gestores públicos a colocarem o dinheiro no lugar certo. E fazer planejamento metropolitano (habitação, transporte e saneamento), convergindo vários recursos. Uma nova visão de planejamento, novos investimentos, numa nova lógica econômica. O governo do estado tem esse papel.

Sobre a pergunta da FUNDAP: sem nostalgia do passado, recuperar a Fundap, a Emplasa, só falta recuperar a CEPAM, as três grandes estatais do estado.

Apresenta o Livro produzido pelo CAU/SP e a CETESB, com a sua participação, da Mirtes e Vera, que é um instrumento importante de como formar e capacitar os arquitetos e urbanistas para o novo marco legal ambiental no planejamento de cidades.

Para WESLEY da Zona Sul: respondendo pelo governo do Estado, não podemos mais produzir habitação em área de manancial. Existe o mapa do NÃO (áreas de manancial mapeadas que não podem ser habitadas, pois cumpre a função ambiental). Tem que fazer a divulgação desse mapa



e também contar com a participação da sociedade civil. Por fim, fala dos cadastros nas áreas de risco.

Arq. Urb. Laura Lúcia Vieira Ceneviva - PMSP

Quando estavam fazendo o PlanClima, a Defesa Civil estava fazendo as análises das áreas de risco e definindo ações para intervenção nessas áreas. O que falta é implementar um sistema de Defesa Civil, ou seja, gente que saiba o que fazer na hora que precisa fazer e trabalhar articuladamente.

No conflito do PDE SP com o PLanClima a questão é política. Não deveria ser preciso fazer um parecer para dizer que não pode ter ocupação próximo ao Mirante de Santana. Portanto, o conflito existe, vamos ver no zoneamento.

Vigora o comportamento do pioneiro predador que consome tudo que tem de bom e vai para o próximo quando tudo é exterminado. É uma visão que teremos que superar. O Planeta é um só. É tudo uma só vizinhança. Então, sempre existirá conflito, discordância. Mas temos que enfrentar aquilo que for possível enfrentar.

As questões das soluções baseadas na natureza implicam em absorver um padrão mental, que não é o que temos hoje. Temos que repensar os nossos modos de pensar.

A questão de equidade social deve ser avaliada também nos padrões de consumo.

Quanto a ocupação dos mananciais, defende o mapa do NÃO.

A questão da cidade compacta está na Lei do município, sendo uma diretriz fundamental.

Faz duas considerações finais: a questão dos elevadores que consome muita energia. Pode ser que seja proibido. Como vai ser uma cidade sem elevadores?

Estamos vivendo num mundo que um país joga bomba no outro. As bombas têm alto teor de carbono. Estão acabando com populações por questões políticas. A questão do Clima tem interação monumental com muitas coisas. Agradece ao convite.

A Conselheira Terezinha Debrassi em nome da CPUAT do CAU/SP agradece aos expositores, debatedores e a todos os participantes e encerra a mesa 2. A Conselheira Mônica Viana convida os presentes para participarem da Roda de Conversa II do CAU Educa nas Escolas Paulistas, chamando os representantes das Organizações da Sociedade Civil - OSC para suas apresentações.

RODA DE CONVERSA II - CAU EDUCA NAS ESCOLAS PAULISTAS: CIDADES E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

18:30 à 20:30

Mediação: Conselheira Mônica Antonia Viana – Coordenadora CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Ana Paula Preto Rodrigues Neves – CDP e CT-TIC-CAU/SP

Expositores:

1. OEKOSCIENTIA (Distrito de Pedreiras/São Paulo): “Construindo O Parque do Nosso Futuro”;
2. Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão – FUNEP (Presidente Prudente): “Ensinações na e da Cidade: CAU EDUCA Presidente Prudente”;



3. Instituto Corrida Amiga (São Paulo): “EducANDO nos Espaços Públicos: Práticas Lúdicas em Urbanismo”;
4. Instituto Angelim (São Carlos): “CIDADE – EDUCAÇÃO: Cidade, bairro e território: a escola como mediadora na construção da cidadania”;
5. APE – Estudos em Mobilidade (Tatuapé/São Paulo): “Caminhos do Tatuapé: conectando escolas públicas e o Museu da Cidade de São Paulo”;
6. Associação Cultural José Martí da Baixada Santista (Santos): “Cidades Compactas – Ruas completas”. Práticas educativas através do brincar”.

Debatedores:

Arq. Urb. Josélia Alves - CPUA-CAU/BR

Arq. Urb. Ana Beatriz Goulart/especialista e Conselheira CDP-CAU/SP

Abertura

A Conselheira Mônica Viana agradece aos presentes e parabeniza todas as instituições envolvidas na realização dos projetos do CAU Educa no Território Paulista. Faz um breve relato sobre o projeto CAU EDUCA NACIONAL do CAU/BR que foi criado em 2018 para fomentar a formação urbanística e ambiental e práticas pedagógicas para crianças nas escolas. O desafio é implementar esse projeto nos CAU UF nos estados. Neste sentido, o CAU/SP encampou essa proposta e trabalhou na construção de um projeto piloto que derivou no edital de chamamento público nº 008/2022 do CAU EDUCA nas Escolas Paulistas sob a coordenação da CPUAT-CAU/SP, que contou com a participação de um grupo composto de várias comissões (CEF, CDP, CPC, CATHIS e CT-CTIC). Foram 15 inscritos neste edital e 06 projetos selecionados pela comissão de avaliação que desenvolveram os projetos ao longo de 2023, tendo uma primeira apresentação na Roda de Conversa I do CAU EDUCA realizada em 17 de julho e agora vão apresentar os resultados finais. A proposta é que esse projeto se torne uma política permanente do CAU e também como política pública junto ao MEC, o que tem sido levado pela Presidente do CAU/BR, Nadia Somekh e sua equipe. Depois dessa fala, apresenta a dinâmica da roda de conversa e chama os representantes das OSC para fazerem suas apresentações em até 10 minutos, seguida das contribuições dos debatedores e debate com os participantes.

Apresentações:

Instituto Corrida Amiga: “EducANDO nos Espaços Públicos: Práticas Lúdicas em Urbanismo” – Ana Paula Borba, representando a equipe da Corrida Amiga, apresenta o projeto e as atividades realizadas. O objetivo é ampliar e aprimorar as metodologias interdisciplinares para conscientização ambiental e urbana, auxiliando na construção de uma formação humanística e cidadã de crianças e adolescentes como agentes promotores de mobilidade urbana. O projeto proposto tem 05 etapas, apresenta o fluxograma passo a passo do projeto com a metodologia (extensão-oficinas; aplicação das práticas com as crianças; urbanismo tático; elaboração da cartilha) e teve a participação de estudantes universitários, sendo realizadas atividades práticas em 4 escolas. Apresenta algumas fotos do treinamento das equipes e atividades nos CCA’S, da



formação com participação de professores, oficinas de extensão e formação com os alunos, reuniões on-line para elaboração da cartilha e atividades realizadas com os alunos no Fundamental I (Bonde a pé – leitura urbana, Twister de Mobilidade e o Jogo lúdico - Mímica). Com o Fundamental II foram realizados Jogo Lúdico (Mímica e Quiz), Intervenção Lúdica, Circuito de Pedestre e o Bonde a pé. Apresenta algumas fotos de publicações realizadas nas redes sociais do Instituto Corrida Amiga e o Fluxograma dos resultados: extensão na escola estadual – oficinas com docentes e alunos de AU da São Judas; aplicação das práticas com as crianças; urbanismo tático; e a elaboração da cartilha. Destaca como resultados o Projeto de Inserção Social 2023 2 – Sensibilização para percepção e exploração do ambiente escolar e entorno: vivência e capacitação com o Instituto Corrida Amiga, a Cartilha que tem como título “A Cidade sob o olhar das crianças: a partir da mobilidade urbana”, o Diagnóstico – resultado de aplicação das práticas pedagógicas “A cidade sob o olhar das crianças: a partir da mobilidade urbana”. Além da participação no 7º Prêmio Territórios Tomie Ohtake. Resultados esperados x Resultados Alcançados: beneficiar 300 crianças de instituições de ensino público e filantrópico de SP, chegando a 374 crianças com a realização de 22 atividades; envolver 30 educadores e coordenadores das instituições parceiras, contemplando 33; envolver 20 estudantes de AU, contemplando 26; prover 02 intervenções lúdicas que foram realizadas. Com os resultados alcançados foram aplicados questionários que apuraram que mais de 80% do corpo docente tem interesse em incluir mais conteúdo sobre mobilidade ativa e seus benefícios no programa escolar, tendo a convicção da relevância do tema e possibilidade de melhoria de suas práticas pedagógicas; e gerar oportunidade de suscitar transformações no ensino básico, estimulando a formação integral e cidadania ativa dos estudantes. Por fim, apresenta alguns depoimentos das docentes e coordenadoras educacionais, bem como a equipe do Corrida Amiga e faz agradecimentos as equipes parceiras e ao fomento do CAU/SP.

OEKOSCIENTIA “Construindo O Parque do Nosso Futuro” – o arq. e urb. Leonardo Rodrigues e o Wesley Silvestre, diretor da Oekoscientia, fazem a apresentação em slides, contendo a definição do projeto pedagógico, da importância da prática do arquiteto e urbanista no chão da escola, os objetivos, metodologia com suas metas (aproximar, mapear, construir e compartilhar). O projeto foi realizado na escola EMEF Paulo Gonçalo dos Santos no CEU Alvarenga – Distrito de Pedreira com alunos do 6º ano (11 anos de idade), contando com uma equipe de jovens arquitetos, a equipe da Oekoscientia e a parceria da FAU Mackenzie (docentes e alunos). Contextualiza a proposta de intervenção para o Parque dos Búfalos e apresenta como resultado a publicação denominada “Construindo o Parque do Nosso Futuro – Práticas pedagógicas de arquitetura e urbanismo para o ensino fundamental” e seu conteúdo, que está disponível em formato digital. Trouxeram exemplares da publicação para distribuir aos 5 projetos selecionados e para convidados apreciarem. Na sequência, é apresentado um pequeno vídeo sobre o processo de elaboração do projeto, sendo ilustrado com imagens das visitas técnicas aos parques, falas das crianças, dos professores e dos participantes do projeto.

Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão – FUNEP: “Ensinaças na e da Cidade: CAU EDUCA Presidente Prudente” (participação virtual) – as responsáveis pelo projeto se apresentam e informam que o desenvolvimento do projeto envolveu três cursos da UNESP (Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia e Engenharia Ambiental). Com apoio de uma exposição



em slides, apresentam a equipe do projeto, objetivos (desenvolvimento das práticas pedagógicas em arquitetura e urbanismo; realizar uma exposição aberta ao público sobre o projeto com material produzido pelas crianças; desenvolver material digital para multiplicação das ações do projeto); definiram três temas de interesse para trabalhar com as crianças (Paisagem urbana; Ecologia da paisagem e infraestrutura verde; e Comportamento ambiental) com abordagem triangular na fundamentação das práticas pedagógicas (Fazer artístico, Contextualização e Observação). O Parque do Povo foi a área escolhida. Ao longo do projeto vários encontros foram realizados semanalmente e também visitas guiadas para contextualização. Várias técnicas foram utilizadas para produção do material gráfico com as crianças. Apresentam um poema sobre o Parque do Povo que sintetiza os trabalhos realizados e fotos da exposição no parque com a produção das crianças. Por fim, apresentam o caderno elaborado “Ensinaças na e da Cidade” que pode ser replicado para outras turmas e famílias pela Secretaria de educação do município. O caderno é dividido em três partes, contendo o poema faz a contextualização, mapa e um tabuleiro do parque e as propostas de atividades das oficinas. O diálogo está aberto na UNESP – Presidente Prudente. O aprofundamento dos temas é importante. O desenho e as experiências in loco e lúdicas foram imprescindíveis para o debate dos temas. O caderno mostrou os resultados e práticas de exercícios realizados.

Instituto Angelim: “CIDADE – EDUCAÇÃO: Cidade, bairro e território: a escola como mediadora na construção da cidadania” (participação virtual) – Natália faz a apresentação do projeto e da equipe. Apresenta o objetivo de fortalecer vínculos entre arquitetura e os alunos, o bairro, a cidade e o entorno da escola com a valorizando a comunidade escolar. Trabalharam com 05 escolas EMBES e EEs do Fundamental I e II, com faixas etárias de 5 a 6 anos e de 14 a 15 anos. O Método adotado: pesquisa ação colaborativa com os temas espaço urbano (entorno da escola) e saberes técnicos (o desenho como linguagem), sendo trabalhado com os alunos em várias oficinas: Oficina 1. expressão do espaço com uso de maquete e plantas; Oficina 2 e 3. Caminhos e percursos; Oficina 4. Visão do Céu, com uso de *drone*, imagens de satélite, uso de TV; Oficina 5. Jogando com a Cidade; e Oficina 6. Mapas e Maquetes com resultado final). Importante a aproximação da Arquitetura para o debate das problemáticas urbanas. Refletir sobre o que era o Arquiteto no imaginário das crianças? As oficinas foram importantes para compreensão das temáticas. Os adolescentes ficaram muito interessados, demonstrando a importância do exercício também para adolescentes. Desdobramentos do projeto: tentativas de fazer uma parceria com poder público e expandir o projeto para mais escolas.

APE – Estudos em Mobilidade: “Caminhos do Tatuapé: conectando escolas públicas e o Museu da Cidade de São Paulo” - Cidade e Educação/mobilidade – Caminhos de Tatuapé. Complementação de currículos.

O projeto “Caminhos do Tatuapé” é fruto da parceria de fomento com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, através do edital público CAU Educa no Território Paulista, contando com a parceria do Museu da Cidade de São Paulo - MCSP. O objeto do projeto foi estender as práticas educativas de Escolas de Ensino Fundamental e da Casa do Tatuapé em direção ao seu território e promover consciência urbana, ambiental e patrimonial dentro de diálogos com os currículos escolares em reflexões e ações extramuros.



O projeto contemplou a formação com os professores, através de curso presencial, para refletir como ensinar a criança a ter um olhar novo, de aprendizado sobre a cidade, bem como seus questionamentos. Contou com 130 inscrições de professores, envolvendo 14 escolas do bairro do Tatuapé, mas conseguiram atingir 38 escolas de São Paulo como resultado. Produziram um pequeno vídeo para registro do trabalho com os professores e as crianças: https://www.youtube.com/watch?v=nk_1Rwc5VPI

Associação Cultural José Martí da Baixada Santista: “Cidades Compactas – Ruas completas” - Cidade compacta ruas completas: José Martí. A arq. e urb. Samara Freitas fez a apresentação do processo de construção do jogo das cidades compactas, trazendo um exemplar do jogo para conhecimento dos participantes. O jogo foi entregue na escola em Santos no dia 09/11 para utilização dos professores com os alunos do ensino fundamental.

Após as exposições, a Conselheira Mônica Viana passa a palavra para as contribuições das debatedoras:

Arq. e Urb. Josélia Alves do CAU/BR - demonstra toda a gratidão pelos participantes, estando emocionada com os resultados dos projetos e parabeniza os trabalhos apresentados pelas equipes das OSCs. Ressalta que o CAU EDUCA é um projeto incrível e com muitas conquistas. Resumi em poucas palavras os destaques em relação aos seis projetos realizados pelo CAU/SP por edital de chamamento público. Destaca a Cartilha do CAU EDUCA do CAU/BR e a importância do debate junto a Comissão de Ensino e Formação – CEF para formação continuada nesta área da Educação relacionada à Arquitetura e Urbanismo.

Arq. e Urb. Ana Beatriz Goulart da CDP-CAU/SP - em função de problemas técnicos com a internet, a Conselheira passa uma mensagem para todos os participantes virtualmente. Ela enaltece a qualidade do material riquíssimo dos projetos elaborados e levanta a importância da realização de um evento específico sobre o CAU Educa para fazer as avaliações sobre os projetos com todos os envolvidos no processo, em especial as crianças e adolescentes e toda comunidade escolar. Se coloca à disposição para contribuir neste sentido. Agradece o convite.

Debate com os participantes

A Conselheira Mônica Viana abre uma rodada de falas sobre os projetos apresentados pelas OSCs, em especial buscando levantar contribuições para qualificar os próximos editais do CAU Educa nas Escolas Paulistas do CAU/SP.

As falas da coordenadora pedagógica da escola do CEU Alvarenga, Tânia Uehara, e da Profa. Daniela Getlinger da FAU Mackenzie enaltecem a importância do fomento do CAU/SP em projetos dessa natureza, que devem ter continuidade e serem ampliados, buscando fazer interface com a educação integral e com projetos de extensão universitária.

As falas dos representantes técnicos das OSCs reforçam essa proposta e destacam algumas questões que podem ser revistas, como ampliar o prazo de execução dos projetos, que neste edital foi de apenas 6 meses, bem como compatibilizar a execução dos projetos ao calendário escolar. A Conselheira Mônica Viana agradece a participação de todos e encerra as atividades



desse primeiro dia do evento, parabenizando a qualidade dos debates e os projetos apresentados.

2º Dia - III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial

Data: 17/11/2023 (6ª Feira) - Local: sede do CAU/SP (2º andar)

MESA 3 - CIDADES SEGURAS: LICENCIAMENTO EDILÍCIO E URBANÍSTICO, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA URBANA

09:00 à 10:30

Mediação: Conselheira Danila Martins de Alencar Battaus – CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Renata Ballone – CEP-CAU/SP

Expositores:

Arq. e Urb. Nilton Lima (CPUA-CAU/BR) - Caderno Orientativo para Licenciamento Edilício e Urbanístico – CAU/BR

Arq. e Urb. Lacyr Baldusco (GRAPROHAB) - Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais e os desafios do Licenciamento Integrado - GRAPROHAB

Debatedores:

Arq. e Urb. Consuelo Aparecida Gonçalves Galego – CEP-CAU/SP

Arq. e Urb. Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – CPUAT-CAU/SP

Abertura

A mediadora, Arq. e Urb. Danila Martins de Alencar Battaus cumprimenta a todos dando início à mesa 3, apresenta os integrantes da mesa e lembra que essa mesa é uma continuidade do II Ciclo de Debates da CPUAT de 2022, quando se abordou a temática do Licenciamento Urbanístico e Edilício, com a presença de integrantes do SEBRAE que subsidiam os poderes públicos municipais nos processos de simplificação. E também teve a participação do Arq. e Urb. Nilton Lima que mencionou na época que estava elaborando o caderno orientativo para licenciamento edilício e urbanístico do CAU/BR, sobre o qual falará a seguir. Passou então a palavra ao Arq. e Urb. Nilton Lima para fazer sua exposição.

- **Arq. e Urb. Nilton Lima – CPUA e CPP-CAU/BR**

Agradece o convite e menciona que está no final da gestão no Conselho Federal e apresenta a produção da Comissão. Fala sobre a transparência e a responsabilidade nos processos de



licenciamento. É um problema crônico e as obras licenciadas são em menor quantidade, apesar do volume ser grande.

O CAU é Governo Federal.

Muitos mencionaram a Resolução CGSIM nº 64/2020 como inconstitucional e ele felicita pelo CAU ter entrado na discussão que possibilitou fazê-la na realidade. Destaca a importância da análise e do posicionamento contrário do CAU em relação a Resolução como estava apresentada. Era uma Resolução de um governo que fazia alusão à um período obscuro da história do Brasil e com base na lei de liberdade econômica.

Todavia a Resolução 64 é importante para simplificação do licenciamento e dar segurança para quem usa e sobretudo para quem analisa estes projetos para aprovação, necessária para equilibrar as responsabilidades. Neste sentido, apresentava importante característica de apresentar a classificação do risco, como construção de baixo risco (edifícios de até 1.750 m², com máximo de 4 pavimentos, considerando subsolo), trazia alusão de estabelecer alguns intermediários MURIN e PDI (Procurador Digital de Informação).

Segundo ele, o governo federal colocou 2 empresas - Mercado Livre e Amazon – questiona a inaplicabilidade de entrar em contato com essas empresas para obter as informações. O governo contratou em sigilo, segundo ele, um grupo de trabalho em paralelo para produzir um guia prático para alvarás, cursos EAD para viabilizar isso. O SEBRAE estava apoiando também essa proposta.

A tutela do estado para com o profissional – factóide – é obrigação do estado fazer a operação dos planos diretores, não cabe transferir essa responsabilidade para o profissional, que muitas vezes assumem a responsabilidade que é do estado. Porém parcialmente (sistemas auto declaratórios), que ocorre na 1ª etapa: análise de projetos. Pagou: recebeu o alvará.

Entendemos que projeto e obra são fases distintas para evitar sobreamento que causa processos éticos no CAU.

A garantia de o funcionário público poder resolver controvérsias da legislação, é colocada de forma exacerbada, pois a legislação é muito confusa, mas incorre em muitos problemas. O Estado deve ser mais claro quanto às exigências legais para o profissional que vai aprovar.

O Caderno Orientativo do CAU/BR, explica os parâmetros para licenciamento: aprovação, execução de obra, habite-se ou certificado de conclusão de obra. O CAU assumiu, além da discussão da Resolução 64, a elaboração do caderno.

O que foi levantado: Licenciamento digital não é realidade em todo país, a nossa legislação é mutável, temos possibilidade de melhorar o sistema numa janela de 10 anos. Temos como influenciar a legislação em diversas esferas.



Por outro lado, mostra Censo de 2020 do CAU/BR – mais de 40% dos profissionais atuam com Arquitetura, Urbanismo e Concepção, 11% com Planejamento Urbano e Regional.

Há um grande volume de profissionais dependentes de um sistema que pode e deve ser melhorado.

O licenciamento auto declaratório, tem responsabilidade no final da obra, os custos envolvidos na fase de projeto, a desvalorização dessa etapa, passa pelos valores cobrados, e muito menos pela execução da obra. O custo no início (projeto) é mínimo e no fim da obra são máximos.

Na entrega pode-se encontrar inconsistências e a demolição custará 52x mais o valor do projeto, processo judicial, insatisfação do cliente ou até inviabilização de uma obra concluída. O licenciamento auto declaratório adotado atualmente, tende a acumular esses problemas.

O caderno explica o licenciamento tradicional e seus problemas de desestruturação, falta de coordenação.

O que se consegue levantar, se poderia fazer um licenciamento “limpo” e correto, mas com a auto declaração como está na brecha para execução de obras com insegurança jurídica e riscos de construções equivocadas.

O caderno traz anexo um glossário de termos técnicos para entendimento nacional dos conceitos. Segundo ele, o CAU pode e deve esclarecer termos e divulgar normas técnicas, contribuir para criação de leis mais acessíveis e mais transparentes para atendimento da demanda.

Faz a discussão das relações de responsabilidade – estado, profissionais e proprietários – e o fundo disso tudo: a cidade.

Sistemas auto declaratórios levam o poder de polícia para as últimas fases da obra, isso não deve ser papel de arquiteto ou engenheiro. Embora tenha obrigação de saber a legislação, a legislação brasileira é muito confusa, complexa e contradizente. Se pegarmos “ao pé da letra”, a norma técnica e a legislação de acessibilidade, a maioria dos prédios não estariam dentro da norma no Brasil.

Edifícios de pequeno porte podem ser complexos também, e devem ser consideradas as áreas urbanas onde estão inseridas, sem acompanhamento técnico profissional.

Defende-se a carreira de estado para os profissionais de arquitetura e urbanismo em serviço públicos. Traz a roda de planejamento para entender o sistema e como se deve trabalhar a legislação, a construção e a aplicação das mesmas.

O principal é ter foco na cidade, no cidadão, no urbanismo, trazer transparência, que se tenha foco em parâmetros urbanísticos como principal diretriz. Parâmetros arquitetônicos, esse sim



seriam de e responsabilidade do arquiteto, não precisa saber o tamanho da janela do WC de uma casa, isso é entre o arquiteto e seu cliente.

Processos em BIM privilegiados sobre projetos em CAD – computadores mais complexos, toda a estrutura do ambiente de Planejamento Urbano deve ser melhorada para suprir a demanda do sistema BIM.

Deve ser 100% digital focado nas reais necessidades de licenciamento: parâmetros urbanísticos e checklist, o qual deve ser transparente, online, todos devem ter acesso ao checklist. O profissional emite RRT e se responsabiliza, o poder público deve se responsabilizar pelo checklist claro. A Folha de rosto (carimbo) da prancha deve ter todas as informações para “análise rápida” dos parâmetros urbanísticos. Finaliza agradecendo.

A mediadora, Conselheira Danila Battaus, aponta a importância do papel do arquiteto e urbanista – questões relativas à dimensão urbana do edifício com a cidade. Nas discussões em CEF – a importância da formação do profissional, ao qual deve-se zelar pela sua formação, ele tem duas vertentes importantes: agente produtor de edifícios e por outro lado, a dimensão do Arq. Público que analisa essa produção. Simplificar não significa abrir mão da responsabilidade técnica sobre o edifício e a produção dos ambientes mais seguros. A seguir, apresenta o próximo expositor Lacyr Baudusco e passa a palavra.

- **Arq. e Urb. Lacyr Baldusco - GRAPROHAB**

Agradece o convite do CAU/SP. Diz que está a 12 anos no GRAPROHAB (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo) – colegiado que organiza e sistematiza o sistema de aprovação para implantação de empreendimentos habitacionais do estado de São Paulo, no que se refere a loteamentos, desmembramentos, conjuntos habitacionais e condomínios. Menciona a desregulamentação que vem junto com a simplificação. O que leva a parte do interessado a questionar a simplificação.

O GRAPROHAB existe para simplificar o processo de licenciamento, composto pela secretaria de Habitação, CETESB e SABESP. Organizar o processo que tenha certa agilidade, atenda interesses sociais, econômicos etc. de forma ágil e eficiente. Este processo é de melhoria no tempo de licenciamento, que é o maior problema do licenciamento, grande reclamação dos usuários.

Processo de desregulamentação, processo de parcelamento do solo, tem prazo de 30 dias, e é complexo, mas pode-se analisar um processo deste em 5 dias. Sem abrir mão da avaliação do projeto. Não é possível aprovar sem projeto claro, não se pode assumir responsabilidade por parte do profissional, é o profissional (ou PJ) que respondem pelos erros. O tempo de aprovação/licenciamento, há um processo pensado para desregulamentar e jogar a



responsabilidade sobre o profissional, o poder público não pode transferir essa responsabilidade ao profissional. É necessário ter um licenciamento rápido, mas sem abrir mão do projeto.

Simplificação dos procedimentos: o GRAPOHAB tem manual com modelo de todos os documentos para dar entrada no processo de licenciamento. Há modelo de todos, inclusive modelo gráfico dos elaborados.

Condomínios: dependendo da dimensão fazem análise, ou fica no processo de análise simplificada. A análise é simplificada e não o projeto.

Estabelece-se no colegiado, que precisa de um checklist público, que todos tenham acesso, para poder protocolar. Sem todos os itens não se protocola.

A aprovação final será sempre da Prefeitura – analisa-se o impacto do empreendimento sob aspecto regional e urbano – edificação não.

Até dezembro – aprovação digital do GRAPOHAB para condomínios verticais acima 800 unidades, horizontais até 200 unidades, abaixo disso já é digital e a análise é simplificada, mas o projeto é completo.

São áreas urbanas consolidada em geral, portanto não há o que analisar, essa área já tem infraestrutura, área permeável estabelecida. O colegiado é soberano, se um colega deseja analisar, encaminha-se o projeto, não importam suas características.

Com esses critérios poderia se chegar até 98% do estado e certificado em até 7 dias úteis, desde que com documentação correta e completa.

Condomínio vertical de habitação – 51% do estado está na cidade de São Paulo, na região metropolitana chega até 54%, Campinas 9 a 10% e os demais dispersos no estado.

Cidades do interior não consolidaram a habitação vertical, maioria de condomínios horizontais. Certificado GRAPOHAB é de 4 anos renovável por mais 4 anos, desde que haja atualização ambiental e de saneamento conforme os anos.

Fala do protocolo digital treinamento online, do georreferenciamento. Da ferramenta Tablô - informações de parcelamento do estado disponível no site da GRAPOHAB. Do Boletim bimestral que trata das questões e das 20 cidades com maior número de empreendimentos no Estado, o Vale do Ribeira cresce 2 a 3% ao ano, sem empreendimentos licenciados.

Quanto ao Licenciamento integrado: não fazemos, mas cumprimos a legislação Lei 6766/79. Todo estado tem que adotar para parcelamento de glebas por loteamento ou desmembramento. Não se pode colocar condomínio em gleba, pois gleba seria rural, deve-se seguir essas regras. Entra-se com pedido de parcelamento da gleba + constituição de condomínio, o cartório recebe os dois processos juntos e a lei define o que é possível aprovar.

Manual de aprovação de projetos habitacionais direciona caminhos.



Hoje um parcelamento do solo é licenciado em 5 meses, via de regra não se analisa em menos de 2 anos pelas prefeituras.

Próximos passos será no município de Campinas que terá certidão básica, os processos correrão em paralelo na Prefeitura e no GRAPOHAB. Protocola-se a solicitação, 24h retorno do checklist, começa a contar o prazo.

Exigências técnicas do projeto urbanístico: não é atribuição do GRAPOHAB ver construção ou viabilidade de malha urbana ou problema de expansão urbana. Esse dever é do projetista, de desenho urbano. Esse problema vem do ensino.

Problemas de terraplenagem, drenagem, preenchimento errado de RRT, falta de assinatura em projeto, projetos são ainda físicos, em pastas físicas, dobrados em desacordo com a norma, falta de cota, má representação gráfica, problemas práticos que afligem 52% dos processos.

Dados do GRAPOHAB: 20 municípios que possuem maior movimentação na aprovação de licenciamentos. Jardinópolis: 13 empreendimentos. Região Sul de SP não há empreendimentos licenciados, por exemplo, mas está sendo ocupada, assim como o Vale do Ribeira.

Condomínios: total 2019/2023 – 2120 empreendimentos (somente cidade de São Paulo são 1025 empreendimento);

Em 96% do interior do estado foram licenciados loteamentos – 1.270.000 unidades habitacionais (edificação, residências ou loteamentos). Desses, 31% são empreendimentos de acesso controlado – exemplo claro de negação à cidade. A Violência motiva escolhas assim.

Áreas de manancial: Guarapiranga por exemplo, 100% manancial, cresce mais de 1% ao ano sem licenciamento. O que motiva isso deve ser estudado. Agradece e finaliza sua exposição.

Após as exposições, inicia-se o debate com as contribuições das debatedoras:

- **Arq. e Urb. Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – CPUAT-CAU/SP**

A Conselheira Terezinha ressalta a importância do debate e a participação do GRAPOHAB e do CAU/BR. Essa discussão mostra que dentro do CAU/SP há divergências na questão do licenciamento.

Alguns são contrários à Resolução 64 – lembrando que ela aparece em dezembro de 2020 e essa discussão foi colocada para os Conselhos num processo de repensar esse debate no momento da COVID 19, quando muitos outros problemas estavam numa esfera superior de sobrevivência à pandemia.



Debate difícil no CAU/SP, no entendimento da CPUAT é que seria muito inseguro do ponto de vista jurídico para os profissionais. No entendimento da comissão, a distribuição das responsabilidades entre estado e profissional deve existir para evitar a desregulamentação. Estaríamos traçando isso, entre o que temos que ter na relação entre o público e o privado.

O Ministério da Economia com a Resolução 64 coloca que o poder público é ineficiente, então o privado deve atuar no lugar dele.

Nós temos atribuições em relação a edificação, mas muita responsabilidade na construção do espaço urbano, alteramos partes da cidade. Essa contribuição é importante e a aprovação deve ser monitorada pelo estado e o poder público que o representa. Neste sentido, uma das coisas que na atuação profissional, considerando a experiência da Secretaria do Meio Ambiente de Sorocaba, com empreendimentos aprovados pode GRAPOHAB, CETESB e Prefeitura. Tinham levantamentos não aprovados por dificuldades de aprovação das áreas. Tinham dados de alagamento e áreas críticas.

Os empreendimentos eram passados para a administração, analisava-se os lotes. Então solicitava-se alteração do desenho, sem legislação para isso. Pediam estudo para comprovar que o desenho era bom. As grandes empresas concordavam com alteração da prefeitura para não propor alteração.

Do ponto de vista ambiental, passa pela prefeitura, portanto, sem o suporte do estado não se pode permitir as construções nas cidades, do ponto de vista dos empreendimentos de grande impacto.

Do ponto de vista do CAU, em vez de passar por situação de insegurança jurídica, sem passar pelo Poder Público, é necessário capacitar os profissionais, tanto no âmbito do Poder Público, quanto do setor privado.

Outra questão: o uso de novas tecnologias pelo serviço público. É necessário que o Poder Público e também o privado tenham tecnologia para poderem trabalhar.

Esses 3 pontos dariam agilidade: capacitação, tecnologia e planos diretores.

Para que o Poder Público possa cumprir sua função na aprovação e ordenamento do uso do território.

- **Arq. e Urb. Consuelo Galego – CEP-CAU/SP**

Agradece o convite e inicia dizendo está a 30 anos na prefeitura, sendo 25 anos como arquiteta e urbanista. Ocorre que falam “no seu tempo”... ela diz que os procedimentos são de agora, o tempo é agora, questiona o que contribui com as pessoas, a profissão e a vida. Pondera que no



poder público você pode se “esconder”, negando tudo, mas o difícil é assumir as responsabilidades de falar “Como” fazer.

Licenciamento não é abrir mão de análise, mas simplificando para modernizar as relações e os processos de aprovação. Não existe “abrir mão das cidades”, o Poder Público deve criar diretrizes para ordenar a cidade.

Tem-se deixado os desenhos de lado, com leis sem desenho. Essa leitura de cidade é o que faz uma transformação ser boa ou ruim.

Na CEP-CAU/SP temos muitos processos de empresas atuando na arquitetura, sem registro, sem responsável técnico, pessoas se assumindo como arquitetos sem registro e sem RRT.

No município, talvez o maior problema seja o medo de assumir responsabilidade para aprovar um projeto. O servidor deve acompanhar, analisar, e se responsabilizar pela sua análise. Criar pessoas responsáveis no poder público. O projeto deve estar apresentado de forma gráfica correta, para se fazer aprovação. Ser responsável pela função assumida pelo arquiteto servidor. Comenta da sua experiência como professora, é de responsabilidade do profissional depois de formado por apresentar projetos desenhados corretamente.

Com a simplificação, necessitamos ter agilidade com leis claras, e o servidor deve assumir responsabilidade pela aplicação da Lei.

Estamos transitando para outras tecnologias, acesso a diversas novas informações. Em Suzano há convênio de fiscalização entre CAU/SP e prefeitura. O CAU/SP tem objetivo de fiscalizar, pode dar agilidade e contribuir com as prefeituras.

A baixa de um RRT não exime de responsabilidade pelo projeto, e sim declara que o serviço foi feito.

Defende que os procedimentos do privado e do público devem ser ágeis, cada um com suas responsabilidades e deveres. Ter um Checklist como base de análise para aceitar um processo, mesmo que seja de aprovação imediata. Muitas vezes o processo vence, sem resposta por parte do servidor e a obra não espera, é construída sem licenciamento ou aprovação.

A residência unifamiliar é a maioria dos processos, olhar para o Poder Público para dar “nomes aos bois”, as responsabilidades do técnico dentro e o de fora da prefeitura.

A legislação pode atrapalhar a análise de um processo e depende do profissional atender as exigências dela. Não é um problema a aprovação imediata, mas sim a falta de condições do profissional de atender a lei, as diretrizes.

Defende que o técnico deve avaliar sob o ponto de vista legal e urbanístico e não corrigir desenhos. É necessário olhar para o futuro e prever possibilidades de atualização do profissional nos procedimentos.



A mediadora, Conselheira Danila Battaus, cometa que cabe ao profissional entender o que as pessoas desejam e utilizar a legislação como parâmetro mínimo com a criação de novas formas pelo profissional. Agradece as contribuições das debatedoras e abre para as questões da plateia.

Debate com os participantes

Arq. e Urb. Paulo Mantovani – CPUAT-CAU/SP - se apresenta dizendo que seria necessário sermos urbanistas antes de arquitetos. Há projetos na formação acadêmica, como alunos que se apresentam como arquitetos antes de se formarem. Ele sempre pergunta nas suas palestras: qual a área da arquitetura que irão atuar e o urbanismo não é a preferência dos alunos, e o censo do CAU BR mostra isso: projeto, interiores e poucos urbanistas. Diz que mora na cidade de Socorro e aparecem projetos de habitação social com lotes mínimos, que não atendem a necessidade mínima de ocupação para interesse social. Aponta para os dados do estado e a grande parte de municípios sem profissionais de urbanismo no Poder Público. Não é possível aprovar projetos sem esse profissional, 10% de projetos que sugere a presença de arquitetos e urbanistas em todas as prefeituras do Estado. Finaliza dizendo que não há no CAU fiscalização em Urbanismo, nós mesmos deixamos urbanismo de lado. É importante resgatar o urbanista.

Arq. e Urb. Cristina Boggi – Instituto de Pesquisa Ambientais – Destaca a importância do geoprocessamento no Planejamento Urbano. Não tem função ter levantamento “geo” e essas informações não serem cruzadas com outros parâmetros do Poder Público para se fazer o planejamento e a gestão do uso e ocupação do solo.

A Conselheira Danila Battaus passa a palavra para os expositores responderem e fazerem suas considerações finais – Mesa 3

Arq. e Urb. Lacyr Baldusco – Concorda que falta a atuação na constituição das cidades, uma questão problemática para o CAU e o CREA seria técnicos que saem do CREA e onde o próprio Conselho lhes dá atribuição que são dos arquitetos e engenheiros civis. São técnicos ocupando espaço de Arquitetos e Engenheiros Civis que atrapalham nossa valorização profissional. O profissional como atribuição deve se responsabilizar pelo projeto, mas não se pode abrir mão do urbano, o que traz impacto para a cidade e sua população. Não se pode abrir mão e deixar sob o critério do profissional o que é público e de responsabilidade do poder público.



Arq. e Urb. Nilton Lima – devemos ser mais urbanistas como fala Mantovani, mas devemos ser mais arquitetos também. Não se pode colocar técnicos em conselhos como CREA e CAU. Não se pode defender a profissão dessa forma, sob o argumento que prestam serviços mais baratos que os arquitetos, que já são os profissionais mais baratos da construção civil. Temos que evoluir profissionalmente. Se defendemos a simplificação nos tornamos desnecessários, o auto declaratório tira direitos do Arquiteto, tira sua função fiscalizatória. E no final da obra a mesma fica à disposição do poder público. Temos que capacitar o profissional do poder público e criar ambientes e tecnologias adequados, ser transparentes. Parar para analisar e buscar essa análise em paralelo, sem abrir mão do poder público definir a construção da cidade. A análise pós-obra é o resultado disso. Então os municípios deveriam analisar desde o início do processo de licenciamento.

Arq. e Urb. Consuelo Galego – Entende que a simplificação não deve ser distorcida. Acredita que o papel do Arquiteto e Urbanista no poder público não acabará, pois tem muito trabalho. Deve-se simplificar aquilo que se pode simplificar, segundo ela, as residências não trazem impacto, por exemplo. Quando necessário, deve-se aliar análise de impacto de vizinhança, não defende que um empreendimento de grande porte passe somente com a auto declaração. Não é para eximir a responsabilidade do arquiteto, do poder público e nem sobrecarregar o arquiteto do setor aprovação. É necessário batalhar para que se possa ter condições tecnológicas e ambientais para qualificar o trabalho de licenciamento.

MESA 4 - CIDADES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES: DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS

10:30 à 12:10

Mediação: Conselheira Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP, substituindo a Conselheira Denise Antonucci – CPUAT-CAU/SP

Relatoria: Conselheira Débora Sanches – CATHIS-CAU/SP

Expositoras:

Geógrafa Luciana Mendes (Universidade de LANCASTER) - Risco e Remoção forçada

Arq. e Urb. Eliene Correa R. Coelho (Prefeitura Municipal de Suzano) - Risco e o Plano Diretor - CONDEMAT/Município de Suzano

Arq. e Urb. Sânia Cristina Dias Baptista (Núcleo BrCidades RMBS) - Risco e Resiliência no Litoral Paulista: Baixada Santista e São Sebastião

Debatedoras:



Arq. e Urb. Cristina Boggi Raffaelli – IPA/UFABC

Arq. e Urb. Viviane Manzione Rubio – FAU Mackenzie e CATHIS-CAU/SP

Abertura

A mediadora, Conselheira Mônica Viana, dá boas-vindas às convidadas e aos participantes, esclarecimentos que o tema da mesa se relaciona com a continuidade da live “As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista” realizada em 04 de abril pela CPUAT-CAU/SP e o Núcleo BrCidades RMBS, a partir da tragédia crime que aconteceu em fevereiro de 2023 no litoral norte de São Paulo, em especial em São Sebastião. Após essa breve fala, faz a apresentação da primeira expositora e passa a palavra para sua exposição.

- **Geógrafa Luciana Mendes - Universidade de LANCASTER** (participação virtual)

A geógrafa esclarece sobre o recorte da Pesquisa que foi realizada no Rio de Janeiro, entre 2016 e 2020, contextualizando o interesse a partir da resiliência urbana, e resgata os desastres ambientais de 2010, por exemplo na favela do Coliseu em que 1967 pessoas morreram com deslizamento de terras, de grande parcela que vivia em assentamentos informais. A pesquisadora faz a relação com a crise da cidade neoliberal, lembrando que havia um grande desejo de tornar a cidade do Rio de Janeiro mais competitiva e mais segura, principalmente com objetivo de atrair investimentos globais na cidade, momento único vivido, com a oportunidade olímpica em decorrência dos megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de modo a torna a cidade mais competitiva. Por outro lado, o conceito de cidades resilientes, principalmente a ideia de construir a capacidade da cidade de se preparar, resistir e se recuperar rapidamente de choques externos, estava presente em documentos divulgados desde 2012. No entanto, há um lado sombrio na construção de resiliência urbana. O Brasil tem sido pioneiro em políticas de remoção forçada, como a que ocorreu com 20.000 famílias entre 2010 e 2016.

A pesquisa avançou, focando na experiência de moradores de favelas, como aqueles no Babilônia e no Santa Marta, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Eles enfrentaram um tipo de remoção que não recebeu muita atenção na época, pois todas as notícias estavam centradas na preparação da cidade para os megaeventos.

A pesquisadora entrevistou moradores de favelas e representantes do poder público, incluindo a Geo-Rio, empresa pública responsável por estudos e obras para a prevenção de risco. Chegou à conclusão de que a estratégia-chave para a resiliência no Rio de Janeiro estava centrada na securitização urbana, abordando riscos que iam desde a violência urbana até a pobreza e as



mudanças climáticas. Isso resultou em respostas de curto prazo, em vez de construir uma capacidade de longo prazo. Essa abordagem enfatiza as respostas emergenciais em detrimento da prevenção e da preparação. Em vez de incluir as comunidades, muitas vezes, opta-se pela remoção, o que leva a uma cidade fragmentada e segregada. Importante questionar por que certos grupos são mais vulneráveis e como podemos reduzir essa vulnerabilidade. A remoção não deve ser normalizada, mas tratada como uma exceção. Muitas vezes, as famílias deslocadas enfrentam novos riscos, como a presença de milícias e condições precárias de moradia.

O Movimento de favela, conquistaram o direito de não ser removidos, remoção é o último recurso, remoção não é política aceitável!

Importante manter o modo de vida, uma vez que nas remoções, muitas famílias enfrentaram novos riscos, muitas vezes riscos na moradia, riscos impostos pela presença de milícias.

Relata quando esteve no Brasil fazendo algumas pesquisas de campo notando que em cidades nordestinas e em São Paulo, o quanto é muito comum as remoções, órgãos internacionais como o banco mundial não prescreve remoção com medida de adaptação às mudanças climáticas. É necessário pensar com seriedade no impacto nas nossas cidades, avaliando que sentido buscamos para a resiliência, a remoção de fato deve ser uma exceção, uma vez que a política de remoção é geralmente para a população preta, pobre, favelada, periférica das cidades. Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, para a situação de risco e recuperação da casa do secretário de habitação, morando no alto do jardim botânico, foram oferecidas todas as formas de mitigação possíveis. Para a população mais abastada oferece ações mitigadoras, para os pobres a remoção.

A Conselheira Mônica Viana agradece a exposição e diz que precisamos repensar nossas políticas urbanas e ambientais para criar cidades resilientes que incluam todos os segmentos da população e abordem as mudanças climáticas de maneira sistêmica e mais eficaz. É hora de inovar e adaptar nossos métodos e instrumentos urbanos para enfrentar os desafios do século XXI.

- **Arq. e Urb. Eliene Correa R. Coelho - PMS**

A expositora começa a sua fala agradecendo ao convite ao CAU/SP. Enaltece que esse debate é extremamente importante nos tempos atuais de ondas de calor, pensar como estamos trabalhando em nossas cidades do ponto de vista da sua resiliência.

Relata que ainda temos debates incipientes sobre outros tipos de riscos no contexto da legislação urbanística, acreditando que esse debate está apenas começando. No âmbito do plano diretor, nosso foco deve ser a gestão dos riscos associados à ocupação. Com a ocupação



desorganizada ou inadequada, surgem riscos para a população local. Esse é um debate presente no plano diretor. Ontem, foi mencionada a Lei 12.608, de 2012, que alterou o Estatuto da Cidade para incluir a gestão de riscos no processo de planejamento dentro dos planos diretores. Além disso, criou a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que atribuiu algumas responsabilidades aos entes federativos, deixando aos municípios e aos estados a tarefa de mapear áreas de risco, com apoio da União. A lei também estabeleceu a obrigação de elaborar planos diretores para os municípios cadastrados no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). É importante notar que essa legislação tornou obrigatória a incorporação da gestão de riscos ao processo de planejamento urbano. Às vezes, ouvimos falar sobre a "panaceia" dos planos diretores, e concordamos em atribuir tudo a eles o que pode ser excessivo. Planos diretores como o de São Paulo têm centenas de artigos, é preciso adotar uma abordagem mais flexível. A arquiteta Eliene explica que não acredita apenas em planos diretores. Há mais de 20 anos, deixou de acreditar neles. Em vez disso, acredita em processos de planejamento em que o plano diretor é apenas um dos instrumentos.

Em Suzano, foi iniciado um processo de planejamento em 2017 com o plano diretor, que estabelece diretrizes de ocupação, regras de ordenamento do território e instrumentos urbanísticos. No entanto, ele precisa ser regulamentado por leis específicas. Nesse processo de planejamento, foram trabalhadas várias frentes, como plano de saneamento, o plano de mobilidade e o plano cicloviário, além de regulamentações como estudos de impacto de vizinhança e os conselhos municipais de desenvolvimento urbano e rural. Acredita em um processo de planejamento progressivo que envolve vários instrumentos, e não apenas o plano diretor.

Em relação aos riscos, foram mapeadas as áreas suscetíveis a inundações e movimentos de massa. Conclui-se que grande parte dos movimentos de massa ocorre nas áreas de manancial, onde controlar a ocupação é essencial. Para lidar com essas questões, o plano diretor teve revisão incorporando as zonas especiais de interesse social para regularização fundiária e a construção de novas habitações. Instrumentos urbanísticos de Suzano incluem o zoneamento, a regulamentação das áreas de risco e o planejamento de risco.

O mapeamento de risco de Suzano foi atualizado como parte de um plano de drenagem em 2018 e estabelecido um sistema de monitoramento para essas áreas de risco. Esse sistema fornece informações à defesa civil e a outros órgãos públicos, permitindo uma visão clara das áreas de risco e ações planejadas. O mapeamento de risco abrange várias classes, com estimativas de remoção e ações de mitigação para cada setor de risco. A maioria dessas áreas de risco está relacionada a processos de fundação, e medidas de mitigação, como a melhoria



dos córregos, e têm funcionado em grande parte dessas áreas. Também foram implementadas ações de mitigação, como planos de contingência integrada e monitoramento de áreas não ocupadas para evitar novas ocupações. Foram realizadas fiscalizações para combater loteamentos irregulares em áreas de proteção dos mananciais. Em resumo, a Prefeitura de Suzano por meio de seu quadro técnico está empenhada em tornar a cidade mais resiliente aos riscos, e seu plano diretor é uma peça importante nesse processo. Além disso, estão sendo explorados novos temas, como mudanças climáticas e transformações sociais, buscando a integração de ações públicas para enfrentar os desafios que estão à nossa frente.

A mediadora, Conselheira Mônica Viana, agradece a exposição e enaltece a importância de se pensar o plano diretor como processo e não como resultado, como uma peça a parte do processo que deve incluir a participação para que a gente realmente tire do papel a gestão democrática da cidade como está previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. A seguir, faz uma breve apresentação da próxima expositora e passa a palavra.

- **Arq. e urb. Sânia Cristina Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS**

Arquiteta Sânia agradece a oportunidade de participar deste evento, relata que o vai compartilhar está diretamente relacionado a essa discussão, e muito do que mencionará se conecta com as apresentações realizadas anteriormente, em especial, da live realizada sobre o tema em abril em conjunto com a CPUAT-CAU/SP.

Diz que vivenciou desastres no litoral norte de São Paulo desde 1967, como o que ocorreu na Vila Say, em São Sebastião. Essa experiência, somada a outras tragédias que testemunhou ao longo da vida, a fez refletir sobre o risco em áreas urbanas. Essas tragédias eram recorrentes, depois passaram a ser anunciadas, mas recentemente ouviu moradores se referindo a elas como "tragédias-crime". Isso porque o risco não se limita apenas ao movimento das encostas, mas também está relacionado a escolhas urbanísticas que excluem parte da população.

As tragédias ocorrem porque a opção do poder público foi a de fechar os olhos para a desigualdade social e o risco que ela representa. Portanto, a primeira questão é reconhecer que o risco existe, porque escolhemos não lidar com a desigualdade e a exclusão social.

A discussão sobre risco deve ser integrada em todos os níveis de governo: federal, estadual e municipal. É fundamental trabalhar em conjunto para abordar o risco de forma eficaz.

O mapeamento e o georreferenciamento são de extrema importância e isso é fundamental. No entanto, a informação deve ser atualizada permanentemente para funcionar na realidade.



Além disso, é necessário trazer os moradores das áreas de risco para fazer parte desse trabalho. Eles conhecem suas comunidades e têm informações valiosas sobre como a cidade funciona. Precisamos ouvi-los e integrá-los no planejamento de resiliência.

A resiliência não é apenas uma questão técnica, mas também social. É necessário que os planos de resiliência sejam integrados em todas as esferas do governo e que incluam todos os segmentos da população. É importante trabalhar em conjunto e usar as informações que já temos à nossa disposição.

Em resumo, é necessário integrar a discussão sobre risco em todos os níveis de governo, ouvir e incluir os moradores das áreas de risco no planejamento de resiliência, e reconhecer que a resiliência é uma questão tanto técnica quanto social.

Após as exposições, inicia-se o debate com as contribuições das debatedoras:

- **Arq. Urb. Cristina Boggi Raffaelli – IPA/UFABC**

Cristina relata que é um prazer estar aqui neste evento e discutir este tema. Parabeniza o CAU/SP e a CPUAT em trazer esse importante tema para debate. Diz que começou a trabalhar no Instituto Geológico há cerca de 12 anos, focando na gestão de riscos. Teve a oportunidade de colaborar com diversos profissionais, como geógrafos e geólogos, incluindo a Luciana Mendes, que também tem expertise em geologia. Destacou a importância do trabalho conjunto de diferentes atores, incluindo a dimensão social, na gestão de riscos urbanos.

Como mencionou a Sânia enfrentamos tempos difíceis. Essas tragédias, que considera quase criminosas, resultam de uma série de fatores, como o fechamento da EMPLASA e o quase fechamento do CDHU no ano passado. Isso tudo está relacionado à falta de planejamento e à negligência do Estado em resolver essas questões. Acreditar que os problemas se resolverão por si só, sem investir em soluções, é um erro.

No Instituto, trabalhamos desde a prevenção, fornecendo orientações para os planos diretores dos municípios, até o atendimento de emergências. É ótimo que esta mesa aborde várias etapas da prevenção, como mencionado pela Eliene em Suzano, na mitigação no Rio de Janeiro e na questão costeira mencionada pela Sânia. Isso demonstra a importância de considerar todas as etapas no planejamento urbano.

Gostaria de abordar algumas questões cruciais, começando pela remoção. Por muito tempo, as pessoas tinham medo de fazer mapeamentos de risco, pois sabiam que isso poderia levar a remoções. No entanto, concordo com a Luciana que a remoção deve ser o último recurso, e devemos priorizar a prevenção e a mitigação. Foi criado um documento em 2020, orientando



juízes e profissionais do judiciário sobre como entender e abordar o risco, destacando que nenhuma remoção pode ser feita sem uma análise cuidadosa e sem oferecer alternativas habitacionais.

A prevenção é fundamental, e a Lei 12.608, é uma mudança importante que incorpora instrumentos de identificação de risco não apenas nos planos diretores, mas em toda a gestão urbana. É essencial que os municípios compreendam a importância da gestão preventiva em todos os aspectos de seu trabalho diário.

É necessário considerar a população que permanece em áreas de risco. Temos 177 municípios no PPDC e uma grande população vivendo nessas áreas. Não há solução rápida para esse problema, e muitas vezes as pessoas não têm atendimento adequado. É importante promover a gestão comunitária de riscos, com a participação ativa da população na compreensão e na redução dos riscos locais.

Para concluir, lembrou as questões abordadas do eixo 5 da Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP, que incluem a gestão democrática, o governo federativo e o financiamento das políticas públicas. É crucial integrar essas questões e garantir uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios da gestão de riscos urbanos.

- **Arq. e Urb. Viviane Manzione Rubio - FAU MacKenzie e CATHIS-CAU/SP**

Viviane relata que depois de retornar a São Paulo, iniciou o trabalho em Osasco, onde participou de um projeto de urbanização de favelas. A atuação não se limitou apenas a áreas de assentamentos precários; na verdade, buscava-se abordar uma gama mais ampla de desafios urbanos. Embora tenham ocorrido interrupções nas políticas ao longo do tempo, há muito tempo o país enfrenta a ausência de uma política abrangente e integrada para lidar com a vulnerabilidade e a precariedade urbanas. Lembrou da legislação da cidade do Rio de Janeiro, o Plano Decenal de 1992 proibia as remoções. Além disso, destacou dois instrumentos significativos: a proibição da remoção e a introdução da AEIS, uma espécie de demarcação urbanística, instrumento que surgiu como uma inovação no programa 'Minha Casa, Minha Vida' em 2009. Essa delimitação auxiliava no processo de urbanização e de obtenção de recursos. No entanto, a atuação do Programa Favela Bairro foi limitada, considerando que tínhamos mais de 500 assentamentos para atender, e foram urbanizados 150 deles.

A situação mudou com a aprovação do Plano Diretor de 2012, que introduziu o instrumento da remoção dirigida, possibilitando especialmente para os eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas inúmeras remoções.



Em São Paulo, o Programa Bairro Legal que era semelhante em vários pontos com o Favela Bairro, trazia uma diferença que era o tratamento do adensamento excessivo de certas áreas das favelas. Isso resultou em um significativo processo de remoção.

A legislação foi identificada, em algumas ocasiões, como um obstáculo, uma vez que qualquer alteração na legislação poderia criar lacunas que permitissem o que é viável e impedissem o que não é. Além disso, ocorreu uma desarticulação na gestão, com o desmonte de vários órgãos como o Ministério das Cidades e os Conselhos, bem como da EMPLASA, resultando na fragmentação das políticas nacionais de habitação. Essa falta de uma política pública abrangente é evidente e apresenta desafios significativos.

Enfrentamos desafios na gestão em três instâncias, principalmente no que diz respeito às áreas de proteção permanente, onde é fundamental a coordenação de ações das três instâncias evitando assim diversos conflitos e a ingerência na fiscalização. A integração e a abordagem sistêmica são essenciais, e a participação popular deve ser considerada como fundamental.

Afinal, a cidade é uma construção coletiva ao longo do tempo. É crucial envolver especialistas nessa discussão. Precisamos reunir especialistas antes de debater políticas abrangentes e utilizar a legislação como uma ferramenta positiva para atuar em comunidades, não se limitando apenas às ocupações precárias. É essencial trabalhar na integração em todas as áreas e sistemas para enfrentar esses desafios.

Agradeço a todos por suas contribuições e pelo debate. Devemos continuar nesse caminho em busca de soluções mais eficazes.

Debate com os participantes

Arq. e Urb. Paulo Mantovani – CPUAT-CAU/SP - Ocupação de área de risco existe no mundo todo, como construir em área de contenção?

Arq. e Urb. Josélia Alves – CUPA/BR - Como dar continuidade a gestão de Suzano? O que representa risco para as famílias?

A Conselheira Mônica Viana passa a palavra para os expositores responderem e fazerem suas considerações finais – Mesa 4

Geógrafa Luciana Mendes - Certamente o risco ambiental será o último. Importante incluir o morador na concepção de risco. Ampliação de fronteiras. Implementação de medidas mitigadoras. Empurra essas pessoas para outras áreas de risco.



Arq. e Urb. Eliene Coelho – diz que não tem fórmula mágica, um dia atrás do outro, continuidade administrativa, onde se trabalha por demanda. A encomenda era a revisão do plano diretor, sendo definido um cronograma de trabalho que incluiu a lei de uso e ocupação do solo, o código de obras que foi substituído por instruções normativas, foram os desafios de grupos de pessoas que deram respaldo.

Arq. e Urb. Sônia Baptista - ocupar áreas com alta declividade, é possível, mas é caro, desde que se realize o projeto e a construção de forma adequada. Temos que enfrentar a questão fundiária, conhecer a história dos lugares, contar com a participação da população, dos pescadores e moradores locais. Faz referência a construção da estrada Rio Santos que foi uma relação de amor e ódio com as pessoas que trabalham com os turistas, sendo expulsas das áreas de interesse turístico, trazendo dois riscos ao ocupar áreas que inundam e desmoronam.

OFICINA – Aplicabilidade da Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista no tocante a risco

14:00 à 18:00

Local: sede do CAU/SP (2º andar)

Mediação: Francine Derschner – Assessoria Vice-presidência - CAU/SP

Introdução

A oficina realizada no dia 17/11, no segundo dia do III Ciclo de Debates sobre a Política Urbana, Ambiental e Territorial (2023) da CPUAT-CAU/SP teve como objetivo principal pensar a Agenda Urbana Ambiental na prática e contou com participação de cerca de 40 pessoas, com jovens arquitetos e urbanista, estudantes de AU, expositores do evento, conselheiros de várias comissões e coordenadores regionais do CAU/SP, representantes do CAU/SP em conselhos municipais e técnicos de prefeituras.

Para isso, os participantes foram divididos em 04 grupos. Tais grupos fizeram propostas de ações e contribuições sobre o papel do Arquiteto e Urbanista a partir dos 08 eixos da Agenda Urbana Ambiental para Território Paulista do CAU/SP.

Os referidos eixos da AUA do CAU/SP são:

- Eixo 1: Moradia Digna, Urbanização e Planejamento Urbano integrado, inclusivo e Sustentável
- Eixo 2: Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Saúde Pública
- Eixo 3: Mobilidade Urbana e Acessibilidade Sustentável
- Eixo 4: Preservação e Valorização da Paisagem e do Patrimônio Cultural e Natural



- Eixo 5: Gestão democrática, Governança interfederativa e Financiamento das Políticas Públicas
- Eixo 6: Equidade, Diversidade e Inclusão
- Eixo 7: Segurança Urbana e Políticas públicas de redução das desigualdades
- Eixo 8: Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo

Os grupos foram divididos da seguinte maneira, conforme demonstrada nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Divisão dos grupos para dinâmica da AUA do CAU/SP

GRUPO 1: EIXO 1_Moradia Digna, Urbanização e Planejamento Urbano integrado, Inclusivo e Sustentável (CPUAT, CATHIS, CEF e CTIC) + EIXO 2_Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Saúde Pública (CPUAT, CATHIS e CTIC)	GRUPO 2: EIXO 3_Mobilidade Urbana e Acessibilidade Sustentável (CPUAT, CTMU E CTA) + EIXO 5_Gestão democrática, Governança interfederativa e Financiamento das Políticas Públicas (CPUAT E VICE-PRESIDÊNCIA)
---	--

Figura 2: Divisão dos grupos para dinâmica da AUA do CAU/SP

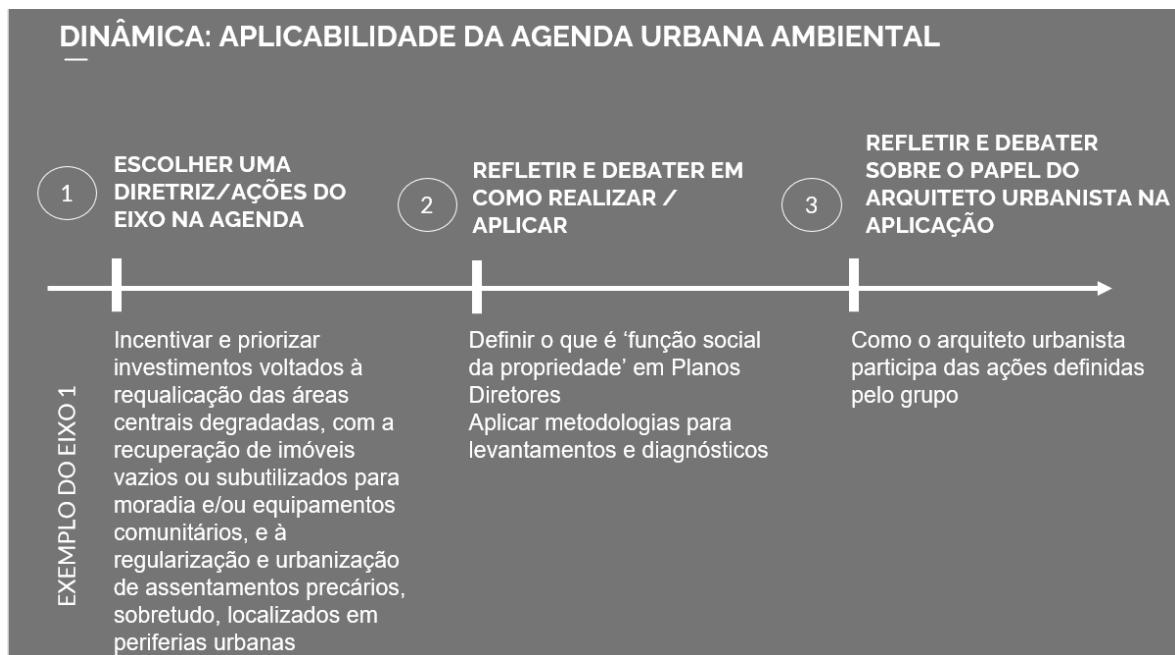
GRUPO 3: EIXO 4_Preservação e Valorização da Paisagem e do Patrimônio Cultural e Natural (CPUAT e CPC) + EIXO 8_Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo (CPUAT, CEF e CEP)	GRUPO 4: EIXO 6_Equidade, Diversidade e Inclusão (CPUAT e CETD) + EIXO 7_Segurança Urbana e Políticas públicas de redução das desigualdades (CPUAT, CTED e CATHIS)
---	--



Como dinâmica da oficina os grupos deveriam seguir os 3 passos a seguir:

1. Escolher uma diretriz / ação do eixo na Agenda;
2. Refletir e debater em como realizar tal ação;
3. Refletir e debater sobre o papel do arquiteto e urbanista na aplicação (Figura 3)

Figura 3: passos para a dinâmica da Oficina da AUA do CAU/SP



Desenvolvimento

A oficina se deu em três etapas, como descrito anteriormente. Neste item veremos as principais considerações feitas pelos participantes já a partir de uma análise crítica categorizada.

Resultados da Etapa 2 da Oficina da AUA – CAU/SP

Os participantes deveriam refletir e debater sobre como aplicar e realizar as diretrizes e ações dos eixos escolhidos. Os grupos refletiram a partir dos eixos da Agenda Urbana e Ambiental sobre 87 ações efetivas. Essas 87 ações foram divididas em 4 categorias a seguir:

- Conscientização da sociedade;
- Sensibilização do poder público;
- Colaboração entre arquitetos e urbanistas e sociedade;
- Formação continuada do Arquiteto e Urbanista.



Foram registradas um número de ações segundo a ordem abaixo:

- 41 ações que visam a sensibilização do poder público;
- 24 ações que visam a conscientização da sociedade;
- 10 ações que visam a formação continuada do Arquiteto e Urbanista;
- 11 ações que visam a colaboração entre Arquitetos e Urbanistas e sociedade.

As mesmas 87 ações também foram divididas por tipo visando facilitar trabalhos futuros que demandam posicionamentos do CAU:

- 15 ações de planejamento;
- 11 ações de capacitação;
- 10 ações de atuação efetiva;
- 8 ações de participação;
- 8 ações de parceria;
- 7 ações de inclusão social;
- 5 ações de valorização;
- 4 ações de estudo e pesquisa;
- 4 ações de comunicação;
- 3 ações de legislação;
- 3 ações de investimento;
- 3 ações de fomento.
- 2 ações de ATHIS;
- 2 ações ambientais;
- 1 ação de fiscalização.

Conclusão

A partir dos dados e da categorização observa-se que em relação à operacionalização da Agenda Urbana e Ambiental para o Território Paulista do CAU/SP, os participantes percebem que há um maior número de ações vinculadas à sensibilização do poder público e de conscientização da sociedade. Sobre a tipologia das ações, observa-se uma maior necessidade de ações de planejamento e de capacitação profissional, visando uma atuação efetiva dos arquitetos e urbanistas.

Resultados da Etapa 3

Os participantes devem refletir e debater sobre o papel do Arquiteto e Urbanista na aplicação da Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP.

Os grupos escolheram, dentro dos seus eixos, as suas diretrizes e propuseram 90 ações sobre o papel do Arquiteto e Urbanista na aplicação da Agenda. Essas ações foram divididas em 4 categorias a seguir, assim como na Etapa 2 da oficina:

- Conscientização da sociedade;

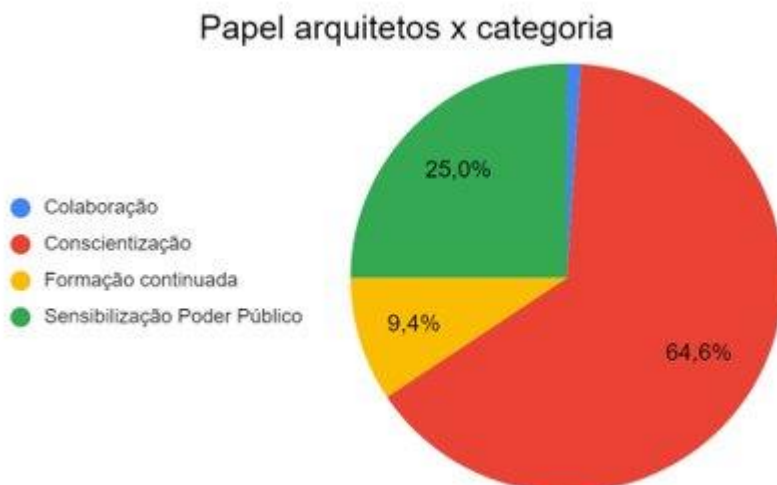


- Sensibilização do Poder Público;
- Colaboração entre Arquitetos e Urbanistas e a sociedade;
- Formação continuada do Arquiteto e Urbanista.

Foram registradas um número de ações segundo a ordem abaixo:

- 59 ações que visam a conscientização da sociedade;
- 21 ações que visam a sensibilização do poder público;
- 9 ações que visam a formação continuada do Arquiteto e Urbanista;
- 1 ação que visa a colaboração entre Arquitetos e Urbanistas e sociedade;

Gráfico 1: Ações sobre o papel do arquiteto e urbanista na aplicação da Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP



As mesmas 90 ações também foram divididas por tipo visando facilitar trabalhos futuros que demandam posicionamentos do CAU:

- 17 ações de participação;
- 15 ações de estudo e pesquisa;
- 13 ações de atuação efetiva;
- 12 ações de planejamento;
- 7 ações ambientais;
- 7 ações de capacitação;
- 6 ações de inclusão social;
- 6 ações de comunicação;
- 2 ações de parceria;
- 2 ações de valorização;
- 2 ações de investimento;
- 1 ação de fomento.



Conclusão

A partir dos dados levantados, pode-se observar que os participantes da oficina compreendem que o papel do Arquiteto e Urbanista, na viabilização da Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista, depende de investimentos do CAU no campo da conscientização em primeiro lugar, seguido da sensibilização do poder público e da sociedade e da formação continuada dos Arquitetos e Urbanistas. Observa-se que as ações de participação, estudo e pesquisa e atuação efetiva devem ser priorizadas também.

ANEXO I

Imagens de divulgação nas redes sociais do evento – CPUAT/CAU-SP

CAU/Valorização Profissional/SP

**III Ciclo de Debates
sobre Política
Urbana, Ambiental
e Territorial – 2023**

Dia	Dia
16/11	17/11
14h às 20h30	das 09h às 18h

Sede do CAU/SP
Rua XV de Novembro, 194 – Centro

➤ [Faça sua inscrição](#)

CAU/SP Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo



<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>16/11 – Quinta-feira 14h – 14h20 – Abertura</p> <p>Presidência do CAU/BR – Nadia Somekh Presidência do CAU/SP – Catherine Otondo</p> <p>Mediação: Mônica Antonia Viana (CPUAT - CAU/SP) Relator(a): Arlete Francisco (CEF - CAU/SP)</p> <p>→</p>	<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>16/11 – Quinta-feira 14h20 às 16h00 - Mesa 1</p> <p>“Cidades em Risco e a Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista”</p> <p>Expositores: Dr. Paulo Saldiva (médico patologista), Arq. e urb. Luciana Travassos (UFABC), Arq. e urb. Kazuo Nakano (Unifesp Leste) Debatador(es): João Fernando Meyer (FAUUSP) e Arq. e urb. Maria Cristina Leme (CPUAT - CAU/SP e FAUUSP). Mediação: Vera Lúcia Blat Migliorini (CPUAT - CAU/SP) Relator(a): Arlete Maria Francisco. (CEF - CAU/SP)</p> <p>→</p>
<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>16/11 – Quinta-feira 16h00 às 17h40 - Mesa 2</p> <p>“Cidades e Regiões em Risco e Políticas Urbanas e Ambientais”</p> <p>Expositores: Arq. e urb. Josélia Alves (CPUA - CAU/BR), Secretária Estadual Natalia Resende (Semil), Arq. e urb. Eduardo Trani, Arq. e urb. Laura Lucia Vieira Cineviva (Secretaria Do Verde/PMSP). Debatador(es): Vera Luz (PUCC) e Ivan Maglio (IEA/USP) Mediação: Terezinha Maria Fortes B. Debrassi. (CPUAT - CAU/SP) Relator(a): Maria Isabel Paulino (CPUAT - CAU/SP)</p> <p>→</p>	<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>16/11 – Quinta-feira 18h30 às 20h30</p> <p>Roda De Conversa II – CAU Educa nas Escolas Paulistas</p> <p>Mediação: Mônica Antonia Viana (CPUAT - CAU/SP) Relator(a): Ana Paula Preto Neves (CDP e CT - TIC - CAU/SP)</p> <p>→</p>



III Ciclo de Debates sobre Política Urbana,
Ambiental e Territorial

16/11 – Quinta-feira
18h30 às 20h30

**Roda De Conversa II – CAU Educa
nas Escolas Paulistas**

Expositores:

Oekoscientia - Fundação De Apoio A Pesquisa,
Ensino e Extensão- Instituto Corrida Amiga -
Instituto Angelim - APE – Estudos Em Mobilidade
- Associação Cultural José Martí Da Baixada
Santista

Debatedor(es):

Arq. e urb. Josélia Alves (CPUA – CAU/BR)
e Arq. e urb. Ana Beatriz Goulart. (CDP - CAU/SP)



III Ciclo de Debates sobre Política Urbana,
Ambiental e Territorial

17/11 – Sexta-feira
9h00 às 10h30 - Mesa 3

**“Cidades Seguras: Licenciamento
Edilício e Urbanístico, Fiscalização
e Segurança Urbana”**

Mediação:

Danila Martins de Alencar Battaus
(CPUAT - CAU/SP)

Relator(a):

Renata Ballone (CEP - CAU/SP)



III Ciclo de Debates sobre Política Urbana,
Ambiental e Territorial

17/11 – Sexta-feira
9h00 às 10h30 - Mesa 3

**“Cidades Seguras: Licenciamento
Edilício e Urbanístico, Fiscalização
e Segurança Urbana”**

Expositores:

Arq. e urb. Nilton Lima (CPUA - CAU/BR)
e a Arq. e urb. Lacyr Baldusco (Graprohab).

Debatedor(es):

Consuelo Galego (CEP - CAU/SP),
Sálua Kairuz (CF - CAU/SP)
e Paulo Mantovani (CPUAT - CAU/SP)






<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>17/11 – Sexta-feira 10h30 às 12h10 - Mesa 4 “Cidades Sustentáveis e Resilientes”</p> <p>Mediação: Denise Antonucci (CPUAT - CAU/SP) Relator(a): Débora Sanches (CATHIS - CAU/SP)</p> <p>→</p>	<p>III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial</p> <p>17/11 – Sexta-feira 10h30 às 12h10 - Mesa 4 “Cidades Sustentáveis e Resilientes”</p> <p>Expositores: Geógrafa Luciana Mendes (Universidade De Lancaster), Arq. e urb. Eliene Correa R. Coelho e a Arq. e urb. Sânia Cristina Baptista (BRCidades RMBS)</p> <p>Debatedor(es): Cristina Boggi Raffaelli (IPA/UFABC) e Viviane Manzione Rubio (FAU Mackenzie e CATHIS - CAU/SP).</p> <p>→</p>
---	--

III Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Ambiental e Territorial

17/11 – Sexta-feira
14h às 18h - Oficina
”Aplicabilidade da Agenda Urbana e Ambiental para o Território Paulista no tocante a Risco” e encerramento.

 **CAU/SP** Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

LINK DE ACESSO À AGENDA URBANA E AMBIENTAL PARA TERRITÓRIO PAULISTA DO CAU/SP:

<https://causp.gov.br/cau-sp-conheca-a-agenda-urbana-e-ambiental/>

<https://causp.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/agenda-urbana-e-ambiental-causp.pdf>